

1ª EDIÇÃO

ESCREVA POR DIREITOS 2018
E-BOOK EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS
GUIA PARA EDUCADORES

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL





CONTEÚDO

1. USANDO GUIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS

- 1.1 Conteúdo do material de Educação em Direitos Humanos da Escreva por Direitos
- 1.2 Educação em Direitos Humanos na Anistia Internacional

2. A CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS

- 2.1 Como organizar uma atividade de escrita de cartas para a Campanha Escreva por Direitos na minha escola?
- 2.2 Atividade: escrevendo cartas para a Campanha ESCREVA POR DIREITOS

3. APRESENTAÇÃO DA CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS 2018

4. MULHERES DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

- 4.1 Informações gerais: quem é uma Mulher Defensora de Direitos Humanos?
- 4.2 Atividades: apresentando Mulheres Defensoras de Direitos Humanos
- 4.3 Entre em ação pelas Mulheres Defensoras de Direitos Humanos

5. DIREITOS HUMANOS – UMA BREVE INTRODUÇÃO

- 5.1 Informações gerais: o que são direitos humanos?
- 5.2 Duas rápidas atividades para apresentar os Direitos Humanos à sua turma

6. NAWAL BENAÏSSA E OS DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO PACÍFICA

- 6.1 Informações gerais sobre os direitos à liberdade de expressão e de associação pacífica
- 6.2 Atividades: liberdade de expressão e direito ao protesto
- 6.3 Entre em ação por Nawal Benaïssa

7. MARIELLE FRANCO E O DIREITO À VIDA

- 7.1 Informações gerais sobre o direito à vida
- 7.2 Atividades: direito à vida
- 7.3 Entre em ação pela família de Marielle Franco

8. ATENA DAEMI E A PROIBIÇÃO DA TORTURA E DO TRATAMENTO CRUEL, DESUMANO OU DEGRADANTE

- 8.1 Informações gerais sobre a proibição da tortura e do tratamento cruel, desumano ou degradante
- 8.2 Atividades: proibição da tortura e do tratamento cruel, desumano ou degradante
- 8.3 Entre em ação por Atena Daemi

9. ME NÂM E O DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

- 9.1 Informações gerais sobre o direito a um julgamento justo
- 9.2 Atividades: direito a um julgamento justo
- 9.3 Entre em ação por Me Nâm

10. GULZAR DUISHENOVA E O DIREITO À NÃO DISCRIMINAÇÃO

- 10.1 Informações gerais sobre o direito à não discriminação
- 10.2 Atividades: direito à não discriminação
- 10.3. Entre em ação por Gulzar DuisheNova

11. NONHLE MBUTHUMA E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS À TERRA

- 11.1 Informações gerais sobre os direitos dos povos indígenas à terra
- 11.2 Atividades: direitos dos povos indígenas à terra
- 11.3 Entre em ação por Nonhle Mbuthuma

12. ANEXO

- Anexo 1: A ANISTIA INTERNACIONAL
- Anexo 2: FOLHETOS DA CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS 2018
- Anexo 3: VERSÃO SIMPLIFICADA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. USANDO O GUIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL**



Agradecemos o seu interesse pela campanha por Direitos! Esta campanha global da Anistia Internacional faz acontecer mudanças na vida de pessoas e comunidades de diferentes partes do mundo onde abusos dos direitos humanos são cometidos com frequência. As variadas atividades de educação em direitos humanos (EDH) neste kit de ferramentas

contêm metodologias que certamente você vai achar interessantes – inclusive para a escrita de cartas, artes criativas, mídias sociais, trabalhos baseados em projetos e dramatização. Elas estão desenhadas para permitir que profissionais de educação ou facilitadores de atividades em grupos apresentem a campanha Escreva por Direitos a um grupo, incentive o envolvimento mais direto com os direitos humanos e promova uma participação mais ampla nas questões de direitos humanos e nos casos apresentados pela campanha Escreva por Direitos.

Este material foi projetado principalmente para uso no âmbito escolar: tanto dentro da sala de aula quanto em grupos de estudo, cursinhos e outras atividades realizadas pela escola. Foi elaborado para estudantes com 13 anos de idade ou mais. As atividades no kit de ferramentas também podem ser adaptadas para uso em outros contextos de educação não formal, como grupos de jovens, no ambiente comunitário – e pode também ser usado para conduzir uma conversa com qualquer tipo de grupo que você desejar. Incentivamos você a experimentar!





1.1 CONTEÚDO DO MATERIAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS

A Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Educação e Treinamento em Direitos Humanos (2011) diz que a educação em direitos humanos é feita “sobre”, “para” e “por meio” dos direitos humanos. As variadas atividades de educação em direitos humanos (EDH) neste kit de ferramentas contêm metodologias que certamente você vai achar interessantes - inclusive para a escrita de cartas, artes criativas, mídias sociais, trabalhos baseados em projetos e dramatização. Elas estão desenhadas para permitir que profissionais de educação ou facilitadores de atividades em grupos apresentem a campanha Escreva por Direitos a um grupo, incentive o envolvimento mais direto com os direitos humanos e promova uma participação mais ampla nas questões de direitos humanos e nos casos apresentados pela campanha Escreva por Direitos.

As seções seguintes apresentam os principais direitos humanos relacionados com algumas das pessoas retratadas na campanha Escreva por Direitos 2018 (seções 6-11). A cada ano, a Escreva por Direitos destaca a importância de direitos específicos como o direito à vida, o direito a um julgamento justo, o direito dos povos indígenas à terra e o direito à não discriminação. Em 2018, a Escreva por Direitos destaca as Mulheres Defensoras dos Direitos Humanos (MDDH) de todo o mundo que estão enfrentando riscos e retaliações por se manifestarem contra a injustiça e defenderem os direitos humanos de outras pessoas em suas comunidades.

Nessas seções, você encontrará uma variedade de atividades para trabalhar cada direito: um aquecimento, uma atividade mais longa (que às vezes pode ser encurtada) e orientação sobre como entrar em ação pelas mulheres defensoras de direitos humanos retratadas na campanha deste ano. Cada atividade está relacionada a pelo menos uma dessas corajosas mulheres e se encerra com um chamado à ação em favor de uma delas.

Você decide qual das defensoras de direitos humanos deseja focar na campanha Escreva por Direitos. Poderá trabalhar com apenas um caso, ou com vários – ou até trabalhar em todos eles. Se quiser, antes de você realizar as atividades específicas propostas nas seções 6-11, pode começar com uma atividade introdutória sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Seção 5) ou sobre o tópico MDDH (Seção 4) para entender melhor quem são essas mulheres e o trabalho que fazem. Nosso objetivo é te oferecer uma variedade de opções para que você possa escolher as atividades que atendam melhor às necessidades de sua turma, e que possam ser realizadas no tempo que você tem disponível.

O Anexo contém os folhetos sobre todas as defensoras de direitos humanos apresentadas no Material de EDH da Campanha Escreva por Direitos e uma versão simplificada da DUDH, que pode ser usada em algumas das atividades. Diversos outros materiais de apoio às atividades estão disponíveis para download no site da Anistia Internacional Brasil, em Anistia.org.br.

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

1.2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ANISTIA INTERNACIONAL

A educação em direitos humanos (EDH) permite que as pessoas aprendam sobre os direitos humanos e sobre como reivindicá-los. A EDH pode ser definida como qualquer esforço de aprendizagem, educação, treinamento ou informação voltado para a construção de uma cultura universal de direitos humanos. Ela engloba:

- a. conhecimento – aprendizagem sobre os direitos humanos e mecanismos de direitos humanos;
- b. habilidades para entrar em ação – aquisição de técnicas para aplicar os direitos humanos de maneira prática na vida cotidiana e para agir para defender e promover dos direitos humanos.

A Anistia Internacional desenvolve seu trabalho em parceria e por meio de seus membros, apoiadores e ativistas como você na realização da EDH em contextos locais e nacionais. Atualmente, contamos com grupos de educadoras e educadores em diversos escritórios e seções da Anistia Internacional em todo o mundo que promovem a conscientização e apoiam ações de campanhas do movimento internacional de direitos humanos. A campanha Escreva por Direitos é uma das maneiras pelas quais as escolas e grupos comunitários podem se engajar ativamente na EDH e entrar em ação em favor dos direitos humanos. Você e suas turmas

estarão se juntando a milhões de outras pessoas em salas de aula de todo o mundo – e que pensam como vocês – para chamar a atenção sobre as injustiças vividas pelos defensores e defensoras dos direitos humanos.

Além da campanha Escreva por Direitos, a Anistia Internacional promove outras formas de EDH. Se você trabalha com grupos de jovens, dentro ou fora do ambiente escolar, lembre-se de que você pode participar da Anistia Internacional em sua cidade e ajudar a multiplicar e fortalecer a educação em direitos humanos! Você também pode promover a EDH durante o ano todo em sua sala de aula ou com grupos de todos os tipos. As atividades propostas são facilmente adaptáveis a diversos contextos.



2. A CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL**



A campanha Escreva por Direitos da Anistia Internacional acontece todos os anos para marcar o Dia dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, data em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada logo após a fundação das Nações Unidas em 1948. As pessoas celebram o Dia dos Direitos Humanos de diferentes maneiras em todo o mundo. Na Anistia Internacional, incentivamos as pessoas a demonstrar sua solidariedade ao movimento internacional de direitos humanos participando da campanha Escreva por Direitos, um dos maiores eventos de direitos humanos da Anistia Internacional. Em 2017, mais de 6 milhões de ações foram realizadas em apoio às pessoas e grupos de pessoas cujos casos foram retratados na campanha.

A campanha Escreva por Direitos inclui atividades de EDH, conscientização, mobilização coletiva e individual, atividades artísticas e muito mais. É uma campanha que visa promover uma mudança genuína na vida de pessoas ou comunidades que sofreram ou estão em risco de sofrer violações dos direitos humanos. Entre as muitas ações que acontecem na campanha Escreva por Direitos, a Anistia Internacional leva casos individuais à atenção de tomadores de decisão capazes de mudar uma dada situação, dá visibilidade a esses casos organizando protestos e ações públicas e atrai a atenção internacional através da exposição na mídia e na internet.





Uma parte importante da campanha Escreva por Direitos consiste em uma maratona de escrita de cartas envolvendo milhões de pessoas de todo o mundo. Todos os anos, pedimos aos apoiadores que escrevam duas cartas. Uma é dirigida a uma pessoa investida de autoridade – um rei/uma rainha, presidente ou chefe de polícia – com poderes para ajudar a fazer a mudança acontecer. A outra carta é para a pessoa ou grupo de pessoas por quem estamos lutando, expressando apoio e solidariedade, para que saibam que nunca esqueceremos deles e delas.

Como resultado da chamada internacional à ação, as autoridades públicas sofrem um bombardeio de cartas. Vítimas de tortura, prisioneiros de consciência e condenados à pena de morte ou que sofrem outras violações dos direitos humanos recebem mensagens de solidariedade de milhares de pessoas localizadas nos lugares mais distantes do planeta. Pessoas sofrendo violações e suas famílias ficam cientes de que seus casos estão sendo levados à atenção pública. Sabem que não foram esquecidas.

Os resultados de campanhas como essa nos anos anteriores foram surpreendentes. Pessoas atingidas pelas violações relatam o quanto as cartas fizeram diferença, expressam gratidão àqueles que as escreveram e frequentemente contam que conseguiram se sentir mais fortes quando souberam que tantas pessoas estavam preocupadas com a situação delas. Inúmeras vezes, percebe-se mudança da parte dos agentes públicos em relação a essas pessoas: as acusações são retiradas, o tratamento fica menos rigoroso e leis ou regulamentos que tratam do problema são implementados. Sua carta é importante!

As 30 vitórias da campanha Escreva por Direitos em 2017 10 maneiras de comprovar que suas palavras têm poder Vitórias da mobilização – 1 minuto

Compartilhe com sua turma ou grupo o vídeo de um minuto sobre os êxitos da campanha Escreva por Direitos ou incentive-os a fazer o curso on-line da Anistia Internacional de apresentação da campanha. O curso é composto de um vídeo e três infográficos, tem duração de 15 minutos e pode ser feito no ritmo individual. No final, o curso propõe um teste sobre o conteúdo aprendido. Esse é o link para acessar o curso Escreva por Direitos – Aprendendo sobre Nossos Direitos Humanos.

Disponível em inglês, espanhol, francês e árabe. Acesse amnesty.org.



**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL** 

HISTÓRIAS DE SUCESSO

A seguir apresentamos três histórias de sucesso como fonte de inspiração para a ação que você e sua turma vão fazer este ano!

LIBERTADO NO CHADE



Mahadine, ativista on-line do Chade, foi condenado à prisão perpétua por um post publicado no Facebook com críticas ao governo. Apoiadores da Anistia Internacional realizaram mais de 690.000 ações em seu favor e ele foi libertado em abril de 2018.

“Quero registrar minha gratidão a todos vocês. Obrigado a todos, amo e respeito todos vocês.”

ACUSAÇÕES RETIRADAS NO PERU

As acusações penais contra Máxima Acuña, uma camponesa que desafiou uma das maiores empresas de extração de ouro, foram retiradas em maio de 2017. Mais de 150.000 pessoas em todo o mundo mandaram mensagens de solidariedade para ela.

“Continuem a apoiar e a ajudar. E não só a mim, ok?”



“Gostaria de ter tempo e capacidade para agradecer a cada um e cada uma de vocês por essa pequena alegria proporcionada por cada carta ou cartão.”

LIBERTADA NOS ESTADOS UNIDOS



A denunciante Chelsea Manning foi em libertada em maio de 2017, depois que sua sentença de 35 anos de prisão foi perdoada pelo ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama. Mais de 250 mil pessoas pediram sua libertação.



2.1 COMO ORGANIZAR UMA ATIVIDADE PARA ESCREVER CARTAS DA CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS NA MINHA ESCOLA?

O principal objetivo desta seção é familiarizar profissionais de educação com a logística da organização de uma atividade para escrever cartas. Com tantos anos de experiência trabalhando com educadores e jovens, a Anistia Internacional desenvolveu muitos recursos para ajudar você a se engajar na campanha Escreva por Direitos. Este material de educação em direitos humanos é um deles!

O material de EDH da Campanha Escreva por Direitos que você está lendo agora contém histórias sobre os casos de defensoras de direitos humanos e os direitos humanos específicos pelos quais elas lutam.

Você vai encontrar o perfil de 6 das 10 mulheres corajosas que a campanha Escreva por Direitos selecionou para 2018.

Além deste material, há muitos outros recursos que você pode usar na preparação de estudantes para participarem da campanha:

Na página da **Escreva por Direitos 2018** (escrevapordireitos.anistia.org.br), você acessa a descrição completa do perfil de cada uma das defensoras de direitos humanos que retratamos na Escreva por Direitos deste ano, vídeos e muito mais. É fundamental que você visite a página quando estiver preparando as atividades.

O **Guia para Escrever Cartas da Campanha Escreva por Direitos 2018** contém fichas informativas sobre as pessoas apresentadas na campanha deste ano, além de exemplos de cartas e endereços da campanha Escreva por Direitos. Esse é um material essencial se você deseja trabalhar a campanha Escreva por Direitos em sala de aula. Você encontra o Kit para Escrever Cartas na página web da Campanha Escreva por Direitos 2018.

Propomos outros recursos digitais sobre EDH da Anistia Internacional nas caixas de sugestão encontradas ao longo deste material para cada uma das atividades.



2.2 ATIVIDADE

ESCREVENDO CARTAS PARA A CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS



A seguir, apresentamos uma atividade de preparação para botar a “mão na massa” da escrita de cartas. Depois que você tiver escolhido a história de direitos violados em que você quer se engajar, use essa história e o direito humano relacionado a ela para fazer a atividade. Mas você também pode optar por pedir à sua turma que escreva cartas para uma ou mais pessoas, sem usar os casos das situações individuais, passando diretamente para a atividade proposta mais adiante.

Na seção seguinte, apresentamos o contexto da campanha deste ano, cujo foco são as Mulheres Defensoras de Direitos Humanos que queremos apoiar, além de fornecermos mais informações e atividades com enfoque em DDDH e MDDH.

A atividade Escrevendo Cartas para a Campanha Escreva por Direitos visa envolver o grupo na ação por uma ou mais pessoas da Escreva por Direitos 2018, podendo ser adaptada à sua disponibilidade de tempo. Use os folhetos da campanha Escreva por Direitos para a escrita de cartas disponíveis no site da campanha Escreva por Direitos para treinar estudantes a escrever cartas eficazes para uma pessoa que eles próprios escolham. Siga as orientações do tópico intitulado “Entre em Ação” em cada seção (6-11) para ajudar seus alunos a escrever a carta. Use com sua turma os modelos de cartas encontradas no Kit para Escrever Cartas da Campanha Escreva por Direitos, se quiser agilizar o processo de escrita das cartas e/ou aproveitar a oportunidade para apoiar algum aluno ou aluna.

RESULTADOS DO APRENDIZADO

Estudantes serão capazes de: explicar o objetivo da campanha

Escreva por Direitos da Anistia Internacional e compreender seu impacto

Discutir sobre uma ou mais pessoas em destaque na campanha Escreva por Direitos deste ano e as violações dos direitos humanos relacionadas a elas

Escrever cartas de solidariedade ou às autoridades que causem impacto

Atividade adaptada da Lição “Escrevendo Cartas” do Guia para Educadores 2017 da Anistia Internacional nos EUA



2.2 ATIVIDADE**ESCREVENDO CARTAS PARA A
CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS****TEMPO****60 MINUTOS****MATERIAL****Papel, caneta, envelope e selos**

Foto de uma ou mais pessoas da campanha Escreva por Direitos deste ano (fotos disponíveis no site da campanha Escreva por Direitos)

Para distribuir: Folhetos sobre as pessoas participantes da campanha Escreva por Direitos (Anexo)

Opcional: Modelos de cartas da campanha Escreva por Direitos (consulte o Kit para Escrever Cartas da campanha Escreva por Direitos)

Opcional: acesso à Internet, computador ou tablet

PREPARAÇÃO**Prepare fotos das MDDH para projeção****Imprima cópias dos folhetos**

Separe envelope, papel, caneta e selo para cada estudante ou participante, de acordo com o número de casos e cartas que vão escrever

Opcional: cópias impressas de amostras de carta

Dê uma olhada no tópico Entre em Ação das seção 6-11 para orientar seus alunos

1. Mostre uma foto de uma ou mais mulheres defensoras dos direitos humanos da campanha Escreva por Direitos deste ano. Compartilhe brevemente a história delas.

5 MINUTOS

2. Explique a estudantes sobre a campanha Escreva por Direitos e como podem participar escrevendo cartas para os representantes públicos que têm o poder de acabar com esses abusos dos direitos humanos ou mensagens de solidariedade para as pessoas que eles querem ajudar e apoiar.

5 MINUTOS

3. Distribua os folhetos e repasse as “seis regras simples” para escrever uma carta eficaz listadas no box ao final desta atividade.

30 MINUTOS

4. Entregue uma ou duas folhas de papel à turma e incentive estudantes a escreverem uma carta às autoridades e/ou uma carta de solidariedade. Repita este processo para cada uma das pessoas retratadas na campanha deste ano.

30 MINUTOS

5. Quando terminarem as cartas, peça que reflitam sobre o que aprenderam e sobre a carta que escreveram.

10 MINUTOS

Se o tempo permitir, faça as seguintes perguntas como fonte de inspiração para reflexão e para ajudá-los a pensar em outras maneiras de continuarem ajudando:

- a. O que você sente ao defender os direitos humanos de outra pessoa?
- b. Quem mais você pode envolver na campanha Escreva por Direitos compartilhando sua experiência?
- c. Você consegue pensar em outras maneiras de você agir em favor dos direitos humanos de outras pessoas?

6. Recolha as cartas da turma e incentive-os a colocar em prática as ideias que tiveram para envolver outras pessoas na campanha Escreva por Direitos e a continuarem agindo para promover e

2.2 ATIVIDADE**ESCREVENDO CARTAS PARA A CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS**

defender os direitos humanos. (Veja em “Outras Ações” a seguir)

5 MINUTOS**OUTRAS AÇÕES**

1. Com um celular (ou em um tablet ou computador), escreva uma postagem sobre a campanha Escreva por Direitos expressando:

- solidariedade para com alguém cujos direitos estão sendo violados atualmente e seu apoio à causa deles (consulte o tópico Entre em Ação nas seções 6-11)
- seu apoio à campanha Escreva por Direitos, incentivando mais pessoas a escreverem cartas ou e-mails em apoio a pessoas cujos direitos estão sendo violados
- Compartilhe seu tweet com seus seguidores! Certifique-se de usar o #W4R18 e #escrevapordireitos. Se possível, marque @anistiaonline em suas postagens.

5 MINUTOS

2. Organize um evento da Anistia Internacional! Confira como você pode se envolver e entrar em ação para promover e defender os direitos humanos em nossa página: <https://escrevapordireitos.anistia.org.br>

DICAS PARA ESCREVER UMA BOA CARTA


Veja abaixo algumas dicas. Se desejar, distribua os modelos de carta disponíveis no Kit para Escrever Cartas da Campanha Escreva por Direitos. Siga essas seis regras simples:

- Seja sempre gentil;
- siga as instruções e informações fornecidas sobre o caso e evite qualquer menção a política ou religião, inclusive feriados religiosos;
- diga quem você é e mencione que você é estudante;
- se você tiver alguma relação pessoal com o país ou questão, fique à vontade para falar sobre isso;
- enfatize como a pessoa para quem você está escrevendo tem o poder de fazer a diferença;
- seja breve – escreva uma página no máximo. Às vezes, apenas algumas frases bem elaboradas são mais eficazes do que longas cartas.



3. APRESENTAÇÃO DA CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS 2018



Pessoas corajosas em todo o mundo lutam pela defesa dos direitos humanos todos os dias. Muitos direitos humanos dos quais desfrutamos pessoalmente existem graças aos esforços de pessoas que defenderam a adoção desses direitos no passado 

Um defensor ou defensora de direitos humanos (DDDH) é alguém que age para promover ou proteger os direitos humanos (DH). DDDH são pessoas comuns em todo o mundo que trabalham sozinhas ou com outras pessoas para promover os DH. DDDH se engajam em qualquer uma das áreas dos direitos humanos listadas na versão simplificada da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Anexo): inclui direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, bem como os direitos ambientais. Às vezes estão lutando pelos direitos de indivíduos, mas também podem estar promovendo os direitos coletivos, como os direitos das mulheres, de indígenas, pessoas com deficiência, jovens negros e negras, outros grupos marginalizados ou que sofram discriminação sistemática como, por exemplo, a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero.

Este ano, a campanha Escreva por Direitos destaca os casos de mulheres defensoras dos direitos humanos (MDDH) que sofreram violações ou estão vivendo sob grande risco devido às posições que assumiram em relação a certas questões de DH. Na campanha deste ano, celebramos a incrível contribuição das mulheres para o avanço dos direitos humanos no mundo inteiro e destacamos os desafios específicos que enfrentam ao realizarem este trabalho. Mulheres ativistas muitas vezes enfrentam os desafios adicionais de discriminação e violências baseadas em gênero e em estereótipos que podem impactar negativamente na capacidade de não só desfrutarem de seus direitos humanos, mas também de serem levadas a sério como agentes de mudança.

As MDDH são mulheres, em toda a sua diversidade, que trabalham na defesa de qualquer questão dos DH.



**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL**



Também há pessoas de todos os gêneros que defendem os direitos relacionados a gênero e à sexualidade, que chamamos de defensores e defensoras dos direitos das mulheres. Pode ser aquela mulher indígena que luta pelos direitos de sua comunidade e contra a violência baseada em gênero, a mulher que trabalha contra a tortura, uma pessoa que faz campanha pelos direitos LGBTI, um coletivo de direitos das trabalhadoras do sexo, ou um homem que está lutando pelo avanço dos direitos sexuais e reprodutivos. As possibilidades são muito amplas.

O que muitas MDDH fazem acaba abrindo novos caminhos ao contestar o poder e as normas sociais. O que essas defensoras têm em comum são os desafios adicionais específicos que enfrentam por serem mulheres, pessoas LGBTI ou por se identificarem com essas lutas. As mulheres defensoras de direitos humanos precisam de um reconhecimento especial pelo trabalho que fazem, de um espaço seguro para trabalhar e de proteção específica para atender às suas necessidades. Como seu trabalho de ponta continua sendo sub-representado e insuficientemente reconhecido pela sociedade convencional, inclusive por políticos e pela mídia, este ano a campanha Escreva por Direitos lança luz sobre as causas e a coragem dessas mulheres.

Aprenda mais sobre DDDH no curso on-line de 20 minutos da Anistia Internacional chamado “Defensores e defensoras de direitos humanos – Guia Breve”. O curso é composto de três materiais – um vídeo, um estudo de caso e um questionário para autoavaliação da aprendizagem – e você pode fazê-lo no seu próprio ritmo.

Disponível em inglês, espanhol, francês e árabe. Acesse amnesty.org.

Faça também o curso mais completo. Você pode fazê-lo quando e como quiser e vai ampliar seus conhecimentos sobre os DDDH, como se protegem contra os riscos e ainda vai poder explorar as formas criativas como eles falam em defesa dos DHs: Curso Online Massivo sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.



MDDH E A CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS 2018

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL** 

A campanha Escreva por Direitos 2018 tem seu foco em mulheres de diferentes partes do mundo que defendem os direitos humanos. A seguir, você conhecerá seus nomes, países, uma breve descrição de suas lutas e a área de direitos humanos em que trabalham. Você também encontra mais informações a respeito de cada uma das MDDH no Anexo e sobre outras MDDH na campanha deste ano na página web Escreva por Direitos (escrevapordireitos.anistia.org.br).



NAWAL BENAISSA

Nawal Benaissa, Marrocos, é uma defensora dos direitos humanos que enfrenta constantes perseguições por parte das autoridades, inclusive repetidas detenções e uma sentença de 10 meses de sentença suspensa (liberdade vigiada) por lutar contra a discriminação na sua região.

DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ASSOCIAÇÃO PACÍFICA

ATENA DAEMI

Atena Daemi, Irã, cumpre pena de sete anos na prisão de Evin, em Teerã. Foi submetida a condições desumanas e lhe foi negado tratamento médico como retaliação pela defesa dos direitos humanos, em particular por se manifestar contra a pena de morte.

**DIREITO A UMA VIDA LIVRE DE TORTURA E DE TRATAMENTO
CRUEL, DESUMANO OU DEGRADANTE**



GULZAR DIUSHENOVA



Gulzar Diushenova, Quirguistão, é um ativista que diariamente enfrenta discriminação por lutar em nome de mulheres com deficiências para que tenham direito à igualdade no acesso a serviços, inclusive assistência médica.

DIREITO À NÃO DISCRIMINAÇÃO

MDDH E A CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS 2018

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL** 



MARIELLE FRANCO

Marielle Franco, Brasil, trabalhou incansavelmente para promover os direitos das mulheres negras, pessoas LGBTI e jovens que são discriminados. Ela denunciou os abusos cometidos pelas forças de segurança, inclusive as execuções extrajudiciais. Ela foi morta em março de 2018.

DIREITO À VIDA

NONHLE MBUTHUMA

Nonhle Mbuthuma, África do Sul, enfrenta intimidações por confrontar uma mineradora de titânio pelo impacto destrutivo do empreendimento sobre sua comunidade.

DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS À TERRA



HGUYEN NGOC NHU QUYNH

Nguyen Ngoc Nhu Quynh, também conhecida como Me Nâm (Mother Mushroom), Viet Nam, é uma blogueira condenada a 10 anos de prisão por denunciar injustiças e violações de direitos humanos, inclusive brutalidade policial.

DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

Cada um desses casos é abordado em pelo menos uma das atividades deste material de educação em direitos humanos. Você pode identificar a atividade tendo como referência a respectiva área de direitos humanos. Por exemplo, a atividade sobre o direito à não discriminação está relacionada ao caso da Gulzar Diushenova, do Quirguistão. É importante lembrar que todas as pessoas retratadas neste material vivem numa situação em que muitos de seus direitos estão sendo violados.

Para ajudar sua turma a refletir sobre o significado de ser uma MDDH, incluímos neste material uma atividade curta e complementar às atividades propostas para cada caso individual.

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

4. MULHERES DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

4.1 INFORMAÇÕES GERAIS: QUEM É UMA MULHER DEFENSORA DOS DIREITOS HUMANOS?

Mulheres defensoras dos direitos humanos são mulheres, em toda a sua diversidade, que trabalham sobre qualquer um dos DH. Também há pessoas de todos os gêneros que defendem os direitos relacionados a gênero e à sexualidade, que podemos identificar como defensores e defensoras dos direitos das mulheres.

Pode ser aquela mulher indígena que luta pelos direitos de sua comunidade e contra a violência baseada em gênero, a mulher que trabalha pelo fim da tortura, uma pessoa que faz campanha pelos direitos LGBTI, um coletivo de direitos das trabalhadoras do sexo, ou um homem que está lutando pelos direitos sexuais e reprodutivos.

As mulheres defensoras dos direitos humanos sempre abrem novos caminhos com suas lutas pois desafiam o poder e as normas sociais. O que essas defensoras têm em comum são os desafios específicos a mais que enfrentam pelo fato de serem mulheres, pessoas LGBTI ou por se identificarem com as lutas delas. As mulheres defensoras precisam de reconhecimento especial pelo trabalho que fazem, de um espaço seguro para trabalhar e proteção específica para atender as suas necessidades.

Desafios que as MDDH podem enfrentar:

As pessoas que lutam pelos princípios da liberdade, justiça e igualdade com frequência o fazem em um ambiente onde são demonizadas e veem seu trabalho sofrer restrições. Muitas defensoras dos direitos humanos são difamadas, ameaçadas, espionadas, agredidas fisicamente, criminalizadas e às vezes até mortas, só pelo fato de ousarem enfrentar os que estão no poder.

A situação torna-se ainda mais difícil se a identidade da defensora for objeto de discriminação (por exemplo, mulheres indígenas, negras, lésbicas ou com identidades e características interseccionais). As defensoras de direitos humanos que experimentam formas interseccionais de discriminação e desigualdade estrutural estão sob o risco crescente de serem atacadas por causa do que fazem e do que são. A discriminação e opressão podem estar baseadas na idade, sexo, gênero, idioma, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, raça, casta ou classe, identidade indígena, deficiência, religião ou crença, nacionalidade ou outro status. Essas diferentes formas de discriminação podem se sobrepor e interagir levando à intensificação e diversificação das experiências que pessoa vive (ver seção 10).



**ESCREVA
POR
DIREITOS****ANISTIA
INTERNACIONAL** 

Isso significa que as MDDH podem ser alvo de misoginia, racismo, homofobia e transfobia e de outras formas de ódio e discriminação, muitas vezes agravadas por defenderem os direitos humanos.



Por exemplo: Aura Lolita Chávez, da Guatemala, mulher

indígena defensora dos direitos humanos, integrante do Conselho dos Povos K'iche (Consejo de Pueblos K'iche, CPK), foi ameaçada de morte e de agressão sexual por homens armados em junho de 2017.

“Quando me ameaçam, dizem que vão me matar, mas que antes de me matarem, vão me estuprar. Eles não

dizem isso aos meus colegas homens. Essas ameaças são muito específicas contra mulheres indígenas. Há também um racismo muito forte contra nós. Eles se referem a nós como ‘aquelas índias rebeldes que não têm nada para fazer’ e nos consideram menos humanas”.

Além de enfrentar os mesmos ataques que outros defensores dos direitos humanos enfrentam, as mulheres defensoras dos direitos humanos estão frequentemente expostas também a outros riscos e pressões, particularmente quando exigem direitos humanos publicamente e desafiam as normas sociais, ou quando os direitos que defendem são contestados pelo discurso convencional (por exemplo, acesso a serviços de aborto legal ou descriminalização do trabalho sexual). Esse risco é maior em sociedades marcadamente patriarcais e com noções rígidas sobre sexualidade, papéis de gênero e o lugar da mulher na comunidade e no lar.



Por exemplo: em El Salvador, mulheres ativistas de direitos

humanos que fazem campanha sobre direitos sexuais e reprodutivos foram publicamente acusadas pela imprensa de serem “inescrupulosas”, “a favor da morte”, “fomentadoras dos rios de sangue que já corriam no país”, “traidoras antipatrióticas que envergonham El Salvador” e “manipuladoras de mulheres vulneráveis”.



Aqueles que as atacam podem ser atores estatais, como governos e políticos, mas também atores não estatais, como grupos armados, grupos religiosos e empresas.

Por exemplo: Em setembro de 2014, a advogada iraquiana e defensora de direitos humanos das mulheres, Samira Saleh Al-Naimi, foi assassinada por um grupo de homens armados pertencentes ao grupo “Estado Islâmico” (EI), que atirou e a matou em praça pública. Supostamente ela teria sido sequestrada e torturada antes de ser assassinada por criticar o grupo e as violações que cometeram. Samira teria sido “julgada” em um tribunal de Shari’a sob a acusação de apostasia, ou de ter cometido ações consideradas contrárias à fé muçulmana.

Além disso, muitas mulheres defensoras dos direitos humanos também enfrentam pressão dentro da própria família e da comunidade, quando seu ativismo ou atividades públicas são vistas como contestadoras das normas de gênero ou quando desafiam os estereótipos de gênero, com os quais se espera que estejam de acordo.



Por exemplo: em junho de 2008, Laxmi Bohara, membro da Rede de Defensores dos Direitos Humanos da Mulher no Nepal, morreu depois de ser brutalmente espancada e forçada por seu marido e sogra a tomar veneno. Eles criticavam seu trabalho em direitos humanos por considerá-lo incompatível com o papel tradicional que as esposas e mães devem cumprir.

A violência que enfrentam pode incluir violência baseada em gênero, inclusive violência sexual, difamação e insultos estereotipados, campanhas de difamação ligadas ao seu gênero ou identidade e ataques à sua reputação ou aparência.



Por exemplo: Na África do Sul, a violência sexual e outras agressões físicas contra pessoas LGBTI continuam sendo comum, em especial contra moradores das periferias e zonas rurais. Em abril de 2011, Noxolo Nogwaza, lésbica defensora dos direitos humanos, morreu numa periferia de Johannesburgo após ser estuprada, espancada e esfaqueada.

Suas famílias também podem ser atacadas ou ameaçadas porque as MDDH são vistas como – e normalmente o são – cuidadoras primários. Além disso, elas enfrentam diferentes formas de exclusão nos níveis econômico, político e judicial, o que também impacta sua capacidade de defender os direitos humanos.

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

4.2 ATIVIDADES: APRESENTANDO MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

RESULTADOS DO APRENDIZADO:

Estudantes serão capazes de:

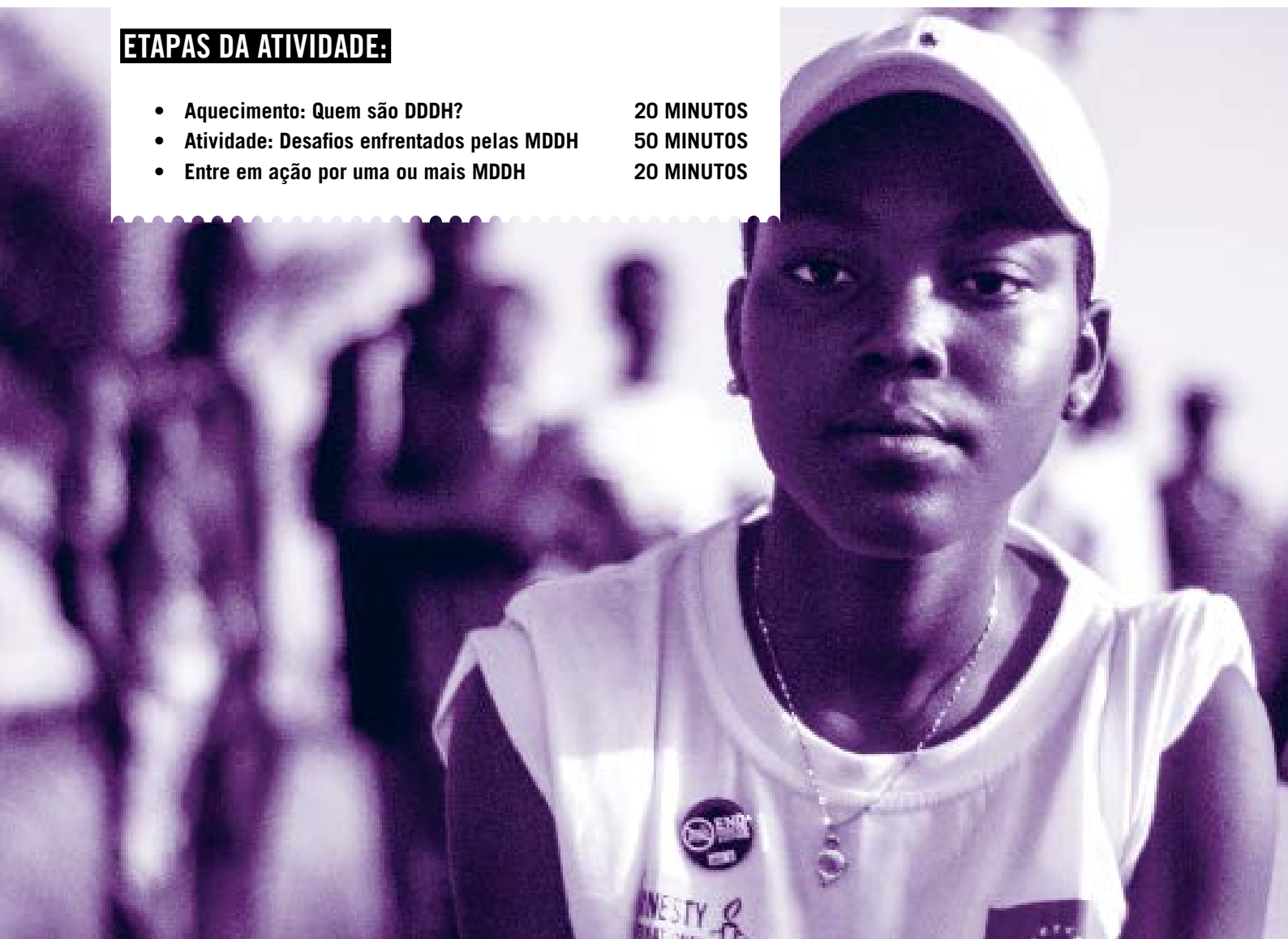
Identificar quem é uma defensora dos direitos humanos e explicar o que elas fazem

Descrever os desafios enfrentados pelas MDDH e reconhecer a importância de seu trabalho

Escrever uma carta (ou cartas) de apoio às MDDH

ETAPAS DA ATIVIDADE:

- | | |
|--|------------|
| • Aquecimento: Quem são MDDH? | 20 MINUTOS |
| • Atividade: Desafios enfrentados pelas MDDH | 50 MINUTOS |
| • Entre em ação por uma ou mais MDDH | 20 MINUTOS |



**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL** 

AQUECIMENTO

QUEM SÃO DDDH?

TEMPO

 20 MINUTOS

MATERIAL

**CARTOLINA
MARCADORES**

PREPARAÇÃO

O/A professor/a ou facilitador/a deve ler a Apresentação dos Casos Individuais da Escreva por Direitos 2018 em anexo e informações gerais acima

Desenhe a silhueta de um rosto em um pedaço de cartolina.

1. Para apresentar as defensoras e defensores dos direitos humanos, peça a estudantes que pensem em pessoas que conheçam ou de que tenham ouvido falar na história e que tenham defendido os direitos humanos. Alguém do seu país, da comunidade ou do exterior. Por exemplo, Martin Luther King, Rosa Parks, Edward Snowden, etc. Escreva o nome dos homens de um lado da silhueta e das mulheres do outro lado. **5 MINUTOS**

2. Pergunte quem gostaria de vir à frente para escrever na silhueta as características, os feitos e habilidades específicos demonstrados pelas pessoas nomeadas e que fazem delas um DDDH. Faça uma reflexão com o grupo sobre o que poderia ser a definição de um DDDH e escreva na parte inferior da cartolina. Para concluir a definição, consulte as sugestões da Anistia Internacional sobre quem é um DDDH na pág.15. **10 MINUTOS**

3. Pergunte à turma se pensam em mais DDDH homens do que mulheres, ou vice-versa, e analise com eles por que será que isso acontece. Se o resultado for mais homens, explique que, em geral, MDDH são menos reconhecidas na sociedade e que essa é uma das razões pelas quais estamos dando especial atenção a mulheres na campanha Escreva por Direitos deste ano. **5 MINUTOS**



**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL 

ATIVIDADE

DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MDDH

TEMPO

 50 MINUTOS

MATERIAL

**CARTOLINA
MARCADORES**

Folheto: **Todos os folhetos Escreva por Direitos (Anexo)**

Opcional: **Equipamento de audiovisual e acesso à internet**

PREPARAÇÃO

Tenha em mãos a apresentação das pessoas que fazem parte da campanha Escreva por Direitos 2018 (Anexo) e as informações gerais escritas na cartolina da atividade anterior

Opcional: **Configure o equipamento de AV para assistir aos vídeos da campanha**

PLANO DE AULA

- Dependendo do tamanho da turma, forme grupos de 2 ou 4 alunos. Dê a cada grupo uma cartolina e peça-lhes que desenhem uma silhueta. Peça a um grupo que escreva dentro e em volta da silhueta as características, habilidades e papéis que acham que as mulheres têm na sociedade e ao outro grupo peça o mesmo, mas com foco nos homens. **10 MINUTOS**
- Em plenária, peça à turma que reflita sobre as seguintes questões:
 - Quais características são mais parecidas com aquelas que identificamos como DDDH? As dos homens ou das mulheres? (Na maioria dos casos, as características mais parecidas com as dos DDDH são aquelas que atribuímos aos homens e não às mulheres).
 - O que acontece com as mulheres que não se enquadram nos papéis atribuídos a elas ou nas características específicas que a sociedade espera que elas tenham? (Muitas vezes, quando mulheres ou outras pessoas tentam romper com as normas sociais e expectativas da sociedade, elas são marginalizadas, alvo de violência, discriminadas, estigmatizadas e ameaçadas. As MDDH rompem ou desafiam as normas sociais por serem figuras públicas ou por serem francas (ver informações gerais acima). **15 MINUTOS**
- Para explorar melhor os desafios enfrentados pelas MDDH, divida a turma em pequenos grupos e dê a cada grupo um caso da Escreva por Direitos. Peça aos grupos que leiam o material, respondam as perguntas abaixo e depois preparem uma maneira criativa de apresentar a defensora de direitos humanos correspondente ao caso que receberam:
 - Quais desafios específicos você imagina que esta DDH enfrenta ou enfrentou pelo fato de ela ser mulher?
 - A que tipo de discriminação, violência ou violações de direitos humanos ela foi exposta?
 - Quais características você imagina que tivesse ou devesse ter, e que a levou a fazer o que ela faz ou fez? **15 MINUTOS**

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

4. Reúna os grupos em plenário. Peça a estudantes que nomeiem os desafios que suas MDDH identificaram porque são mulheres. Embora essas mulheres sejam de países em diferentes regiões do mundo, os desafios, discriminação, violência e violações de direitos que elas enfrentam são semelhantes? A conclusão é que isso se deve ao fato de serem mulheres e que, por essa razão, a Anistia Internacional está focando esta edição da Escreva por Direitos nas MDDH para tentar dar a elas uma proteção adicional às suas necessidades específicas e o reconhecimento pelo trabalho que fazem. Incentive seus alunos a entrar em ação em favor de uma ou mais MDDH.

10 MINUTOS**4.3 ENTRE EM AÇÃO PELAS
MULHERES DEFENSORAS
DOS DIREITOS HUMANOS**

Dependendo do tempo que você tem, peça aos estudantes que escrevam cartas de solidariedade às defensoras e suas famílias ou cartas de pressão aos representantes públicos do caso de uma ou mais pessoas da Campanha Escreva por Direitos 2018. Oriente a turma guiando-se pela atividade do tópico “Entre em Ação”, que você encontra ao final de cada seção sobre as diferentes pessoas retratadas neste material de educação em direitos humanos (seção 6-11) ou use o Kit para Escrever Cartas 2018.



**ESCREVA
POR
DIREITOS****ANISTIA
INTERNACIONAL** 

5. DIREITOS HUMANOS – UMA BREVE INTRODUÇÃO

Todos os anos, a Anistia Internacional organiza a campanha Escreva por Direitos para que qualquer pessoa possa expressar, por meio de cartas, seu apoio a outras pessoas cujos direitos foram violados e atacados e para promover a justiça e a dignidade humana. Esta é uma maneira direta e significativa de se envolver com os direitos humanos!

5.1 INFORMAÇÕES GERAIS: O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?

Os direitos humanos são as liberdades e proteções que cabem a cada um e a cada uma de nós.

Estão fundamentados nos princípios de dignidade, igualdade e respeito mútuo e pertencem a todos independentemente da idade, nacionalidade, raça, gênero, crenças, orientação sexual e identidade de gênero, ou quaisquer outras orientações pessoais.

Os Direitos Humanos dizem respeito a receber um tratamento justo e tratar as demais pessoas da mesma forma. Eles nos dão as condições para fazermos escolhas sobre nossa própria vida. Esses direitos são universais – eles pertencem a todos e todas nós, a qualquer pessoa no mundo, seja ela quem for, esteja onde estiver. São inalienáveis – não podem ser retirados, comprados, comercializados ou vendidos. Também são indivisíveis e interdependentes – têm a mesma importância e estão inter-relacionados: o avanço de um direito humano ajuda outros direitos a avançarem; da mesma forma, quando um direito humano é negado vai afetar negativamente outros direitos.

Os direitos humanos estão consagrados nos tratados internacionais de direitos humanos. São leis internacionais que os governos são obrigados a defender. Essas leis são vinculantes e dão a base de sustentação para que organizações como a Anistia Internacional demande dos governos que se abstenham de comportamentos ou dispensem à sua

população qualquer tratamento que estejam aquém dos padrões e princípios dos direitos humanos.

O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, também conhecida como DUDH, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Desde então, se constituiu na espinha dorsal do sistema internacional de direitos humanos. A partir dela e com base nos seus princípios, inúmeros outros tratados de direitos humanos têm sido criados, aperfeiçoados e desenvolvidos. As leis e normas de direitos humanos contidas nesses tratados continuam a evoluir e, juntas, constituem um sistema abrangente de proteção e promoção dos direitos humanos.

A DUDH é o documento mais traduzido na história mundial. É inspirador e instigante. No Anexo deste material de educação em direitos humanos você encontra uma versão simplificada do texto. Dê uma olhada!

A Anistia Internacional disponibiliza um curso gratuito de 90 minutos, “[Uma Introdução aos Direitos Humanos](#)”, que pode ser cumprido no seu próprio ritmo. Peça aos seus alunos que assistam e se preparem para a maratona de escrita de cartas. O curso está dividido em quatro pequenas partes com vídeos, quiz, estudos de caso e exercícios interativos que podem ser usados em sua sala de aula. Quem conclui o curso com sucesso e passa nos testes do quiz recebe um certificado.

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

5.2 DUAS ATIVIDADES RÁPIDAS PARA APRESENTAR OS DIREITOS HUMANOS À SUA TURMA

As atividades abaixo servem de introdução aos direitos humanos e permite que seus alunos relacionem os direitos contidos na DUDH ao cotidiano deles. Use essas atividades de aquecimento para apresentar os direitos humanos a seus alunos se achar que eles precisam de conhecimentos básicos sobre os DH antes de começarem as atividades da Campanha Escreva por Direitos. Estudantes serão capazes de:

Distinguir os diferentes direitos humanos contidos na DUDH

Explicar como os direitos humanos se aplicam no cotidiano deles

Reconhecer que todos os direitos humanos são universais, inalienáveis e indivisíveis

ETAPAS DAS ATIVIDADES

Primeira Opção de Aquecimento
25 MINUTOS

Segunda Opção de Aquecimento
30 MINUTOS



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **ATIVIDADE****PRIMEIRA OPÇÃO DE AQUECIMENTO****TEMPO**

🕒 25 MINUTOS

MATERIALFolheto: **Cartelas com Artigos da DUDH**Folheto: **Cartelas com Ações Diárias**

Tesoura

PREPARAÇÃO**Imprima cópias de ambos os folhetos
(Artigos da DUDH e Ações Diárias)****Corte os folhetos em unidades de cada
Artigo da DUDH e de cada Ação Diária
em cada cartela****PLANO DE AULA**

1. Divida a turma em pequenos grupos e entregue os oito Artigos da DUDH e oito Cartelas de Ação Diária para cada grupo.

5 MINUTOS

2. Peça aos grupos para combinar os direitos com os exemplos (isto é, qual Cartela de Ação Diária pode ser aplicada a qual Artigo da DUDH). 10 MINUTOS

3. Reagrupe a turma e peça para que discutam sobre as respostas. As respostas devem ser:

Artigo 19 Uso as mídias sociais e digo o que penso sobre diferentes assuntos

Artigo 3 Ando livremente na minha cidade sem temer pela minha vida

Artigo 12 Não tenho que revelar minha vida pessoal ao meu professor

Artigo 13 Posso ir livremente onde eu quiser no meu país

Artigo 25 Consulto um médico quando estou doente

Artigo 18 Falo livremente sobre minhas crenças

Artigo 24 Posso me divertir com meus amigos e amigas

Artigo 26 Posso ir para a escola e estudar

Há mais de uma solução possível para alguns dos direitos. Esta é uma boa oportunidade para demonstrar que os direitos são interligados.

10 MINUTOS

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **ATIVIDADE****SEGUNDA OPÇÃO DE AQUECIMENTO****TEMPO**

🕒 30 MINUTOS

MATERIALFolheto: **Cartelas com Artigos da DUDH****PREPARAÇÃO****Imprima cópias de ambos os folhetos
(Artigos da DUDH e Ações Diárias)****Corte os folhetos em unidades de cada
Artigo da DUDH e de cada Ação Diária
em cada cartela****PLANO DE AULA**

1. Peça a cada grupo escolha quatro direitos dentre as Cartelas com Artigos da DUDH e coloque-as em ordem cronológica. De qual dos direitos estudantes desfrutaram do momento que acordaram até aquele momento na sala de aula? **5 MINUTOS**
2. Peça a cada grupo que retire um dos quatro direitos que escolhidos por outro grupo. Peça a cada grupo que converse sobre a seguinte pergunta: De que maneira o de dia hoje teria sido diferente se não fosse possível desfrutar desse direito? **10 MINUTOS**
3. Peça a cada grupo que se apresente aos demais e discuta:
 - a. De que maneira a retirada de um direito levou à negação de outros direitos?
 - b. De que maneira seus pais, professores, amigos, etc. seriam afetados pela negação desse direito? **15 MINUTOS**

Explique que os direitos humanos são universais, inalienáveis e indivisíveis. A retirada de um direito pode ter impacto sobre outros direitos.

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **FOLHETO****CARTELAS COM ARTIGOS DA DUDH****ARTIGO 19:****Direito à liberdade de expressão****ARTIGO 3:****Direito à vida, à liberdade e à
segurança pessoal****ARTIGO 12:****Direito à privacidade****ARTIGO 13:****Direito à liberdade de
locomoção****ARTIGO 25:****Direito a um padrão de vida
adequado para sua saúde e
bem-estar****ARTIGO 18:****Direito de crença
(inclusive religiosa)****ARTIGO 24:****Direito a descanso e lazer****ARTIGO 26:****Direito à educação**

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **FOLHETO****CARTELAS COM AÇÕES DIÁRIAS**

Uso as mídias sociais e digo
o que penso sobre diferentes
assuntos

Ando livremente na minha
cidade sem temer pela
minha vida

Não tenho que revelar minha
vida pessoal ao meu professor

Posso ir livremente onde eu
quiser no meu país

Consulto um médico quando
estou doente

Falo livremente sobre minhas
crenças

Brinco com meus amigos

Posso ir para a escola
e estudar

6. NAWAL BENAÏSSA & OS DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO PACÍFICA

ESCREVA
POR
DIREITOS

ANISTIA
INTERNACIONAL



Esta unidade contém uma breve introdução ao **Direito à Liberdade de Expressão e Associação Pacífica** e três atividades correspondentes: “Aquecimento: Nuvem de Palavras”, “Atividade: Direito ao Protesto” e “Entre em Ação por Nawal Benaïssa”. Dependendo do tempo disponível e da necessidade da turma, os professores ou facilitadores podem optar por usar o Aquecimento ou a Atividade, ou ambos, antes de estimular estudantes para a atividade “Entre em Ação por Nawal Benaïssa”.





6.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ASSOCIAÇÃO PACÍFICA

De acordo com a DUDH, a liberdade de expressão é o direito de todo indivíduo de, sem interferência, ter opiniões e de buscar, receber e transmitir informações e ideias através de qualquer meio, independentemente de limites territoriais. A liberdade de expressão protege o seu direito de ter suas próprias opiniões e de expressá-las livremente, sem interferência do governo. Este direito inclui expressar opiniões através de protestos públicos ou de material escrito, transmissão via mídia e através de obras de arte. Este direito também protege sua liberdade de buscar e receber informações através de outras pessoas. Embora tenhamos o direito à liberdade de expressão, este não é um direito ilimitado – às vezes, os governos têm o dever de proteger os direitos de outras pessoas ou certos interesses públicos que exigem que certas expressões sejam proibidas. Mas as situações em que as autoridades podem restringir a liberdade de expressão são muito limitadas e devem ser consideradas como exceção, e não como regra.

Liberdade de associação pacífica é o direito de as pessoas se reunirem em um local público com uma intenção expressa comum, como reuniões, greves, procissões, comícios e protestos. O direito à associação pacífica significa que alguém pode se reunir pacificamente com outros sem medo de ser preso ou assediado pela polícia. Na verdade, as autoridades têm o dever positivo de facilitar as assembleias pacíficas, de modo que a polícia pode ser obrigada a tomar medidas especiais para garantir a segurança tanto das pessoas reunidas como a do público em geral.

Os direitos à liberdade de expressão e associação pacífica estão consagrados na legislação internacional de direitos humanos, inclusive na DUDH e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), e em muitos sistemas jurídicos nacionais.

Disponível em inglês, espanhol, francês e árabe. Acesse amnesty.org.

6.2 ATIVIDADES: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO AO PROTESTO

RESULTADOS DO APRENDIZADO

Estudantes serão capazes de:

Descrever como um direito à liberdade de expressão tem relação com suas vidas

Explicar porque é importante que defensores e defensoras de direitos humanos possam falar livremente

Escrever uma carta (ou cartas) em apoio a Nawal Benaïssa

ETAPAS DAS ATIVIDADES

Aquecimento: Nuvem de Palavras

20 MINUTOS

Atividade: Direito de Protestar

60 MINUTOS

Entre em Ação em favor de Nawal

Benaïssa

20 MINUTOS

Gostaria de explorar ainda mais os direitos à liberdade de expressão com seus alunos? A Anistia Internacional oferece dois cursos on-line gratuitos. O curso introdutório, “[Defendendo a Liberdade de Expressão](#)”, é curtinho e pode ser feito em 20 minutos. O outro é o “[Liberdade de expressão – um direito fundamental](#)”, que se conclui em 10 horas.

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL 

AQUECIMENTO

NUVEM DE PALAVRAS

TEMPO

 20 MINUTOS

MATERIAL

Papelógrafo
Post-its ou papeis de recado
e fita adesiva

PREPARAÇÃO

Prepare o papelógrafo
Distribua os Post-its

PLANO DE AULA

1. Peça à turma que escrevam nos post-its as maneiras pelas quais geralmente se expressam. Por exemplo: “compartilhando selfies”, “escrevendo poemas” ou “dançando”. **3 MINUTOS**
2. Peça que coloquem os post-its no papelógrafo para que todos possam ver o que responderam. Dê-lhes um minuto para ver os post-its de colegas. **2 MINUTOS**
3. Quando a folha de papelógrafo estiver coberta com os post-its, pergunte à turma por que se expressam dessa maneira? O que é que permite a eles que façam isso? Por que isso é importante para eles? **5 MINUTOS**
4. Peça ao grupo que se junte em duplas e discuta quais seriam as consequências se não pudessem mais se expressar dessa maneira? Isso teria um grande impacto em suas atividades diárias e em suas amizades? Como se sentiriam com isso? Ficariam chateados? Por quê? Ou por que não? **7 MINUTOS**
5. Reúna toda a turma. Pergunte ao grupo o que saiu de suas discussões. O que surpreendeu cada pessoa durante as discussões? Explique que muitas pessoas ao redor do mundo não podem se expressar livremente e que algumas pessoas, inclusive, são presas simplesmente porque falam o que pensam. **3 MINUTOS**



**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL 

ATIVIDADE

DIREITO DE PROTESTAR

TEMPO

 60 MINUTOS

MATERIAL

Projeter ou fotos impressas de Nawal Benaissa

Folheto: **ESCREVA POR DIREITOS Nawal Benaissa (ver anexo)**

Folheto: **Notas sobre protestos**

Opcional: **Internet e computador**

PREPARAÇÃO

Imprima cópias do folheto **ESCREVA POR DIREITOS – NAWAL BENAISSA** para distribuir entre a turma

Configure o projetor ou imprima fotos de Nawal

PLANO DE AULA

1. Mostre as quatro fotos do Folheto: tipos de protesto. O que as imagens têm em comum? Onde as fotos foram tiradas? O que as pessoas nas fotos estão fazendo? Por quê? **5 MINUTOS**
2. Leia as notas sobre cada uma das fotos em voz alta. Faça uma pausa após cada uma delas e pergunte à turma qual foto está sendo descrita. Juntamente com estudantes, reflita sobre por que as pessoas protestaram da maneira que fizeram? O que os e as manifestantes em todos os casos têm em comum? **10 MINUTOS**
3. Revele à turma que a última foto mostra Nawal Benaissa, defensora dos direitos humanos e líder de protestos no Marrocos, que se manifesta por si e por sua comunidade. Nawal Benaissa faz parte de um movimento popular que surgiu em outubro de 2016, depois que o vendedor Mouhcine Fikri foi morto por um caminhão de lixo quando estava tentando recuperar alguns peixes que a polícia havia confiscado dele e jogado na caçamba do veículo. Distribua o material sobre a história de Nawal Benaissa e peça que leiam – individualmente ou em voz alta para o grupo todo ouvir. **5 MINUTOS**
4. Peça à turma que se divida em cinco grupos, pesquise mais sobre a história de Nawal e discuta as perguntas abaixo. Se não tiverem acesso a recursos on-line, peça que trabalhem com a informação no folheto.
 - a. Por que Nawal está protestando? Quais são suas demandas? Em favor de quem ela está protestando?
 - b. Quais são as dificuldades que ela está enfrentando?
 - c. Por que é importante que Nawal possa se expressar livremente? E em favor de quem?
 - d. O que te inspira na história dela?
 - e. O que você acha que dá à Nawal a força e coragem para continuar? De que maneira você poderia apoiá-la? **25 MINUTOS**
5. Peça a cada grupo que responda a uma das perguntas acima (a, b, c, d, e) e a outros grupos para comentar e acrescentar suas próprias descobertas. Depois da última pergunta, pergunte se querem se fazer uma ação em favor de Nawal escrevendo uma carta de solidariedade. **15 MINUTOS**

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL 

6.3 ENTRE EM AÇÃO

EM FAVOR DE NAWAL BENAÏSSA

TEMPO

 20 MINUTOS

MATERIAL

Papel, caneta, envelope e selos
Projektor ou fotos impressas de Nawal

Folheto: **Escreva por Direitos Nawal**

Benaïssa (ver Anexo)

Opcional: **Internet e computador**

Opcional: **Modelos de carta do Kit para Escrever Cartas**

PREPARAÇÃO

Imprima cópias do folheto ESCREVA POR DIREITOS Nawal Benaïssa

Configure o projetor ou imprima fotos da Nawal

PLANO DE AULA

1 Explique que Nawal Benaïssa se manifesta em defesa de sua região, onde muitas pessoas se sentem esquecidas pelo governo. Embora participe de protestos pacíficos e faça campanha nas redes sociais, Nawal tem sido perseguida pelas autoridades marroquinas e recebeu uma pena de 10 meses em sentença suspensa (liberdade vigiada) por “incitação ao crime”. Tudo o que deseja é ser livre para lutar por uma vida melhor.

2. Incentive estudantes a escreverem ao Chefe de Governo do Marrocos, exigindo que pare de assediar Nawal hoje.

Você pode dar as seguintes orientações para ajudar a turma a escrever cartas ao Chefe do Governo marroquino: eles podem:

- Contar um pouco sobre eles mesmos.
- Mencionar o que os chocou ao ler a história de Nawal. Ela é uma manifestante pacífica e defensora dos direitos humanos cujo objetivo é contribuir por uma vida melhor para a população do seu país.
- Incentivar o Chefe de Governo a acabar com a prática de assédio contra Nawal.

As cartas podem ser enviadas diretamente para:

Chefe do Governo do Marrocos

A/C Anistia Internacional Brasil

Caixa Postal 16951

Rio de Janeiro, RJ

Saudação: Exmo. Sr. Chefe de Governo



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **6.3 ENTRE EM AÇÃO****EM FAVOR DE NAWAL BENAÏSSA**

3. Incentive estudantes a demonstrarem solidariedade com Nawal Benaïssa.

Estudantes podem enviar uma mensagem de solidariedade e apoio a Nawal e sua família, para que saibam que há pessoas no mundo inteiro que os apoiam. Você pode dar as seguintes orientações para ajudá-los a escrever as cartas de solidariedade. Eles podem:

- Expressar solidariedade, admiração ou qualquer outro sentimento que tenham em relação a Nawal
- Peça-lhes para pensar sobre o que ela gostaria de ouvir neste momento difícil.

A carta pode ser enviada diretamente para:

Nawal Benaïssa
A/C Anistia Internacional Brasil
Caixa Postal 16951
Rio de Janeiro, RJ

Se preferir, você pode optar por usar os modelos disponíveis no Kit para Escrever Cartas 2018.



FOLHETO

TIPOS DE PROTESTO



FOLHETO

TIPOS DE PROTESTO



FOLHETO

TIPOS DE PROTESTO

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL 



FOLHETO

TIPOS DE PROTESTO



FOLHETO

TIPOS DE PROTESTO



Mais de mil pessoas, inclusive crianças em idade escolar, protestaram contra o sequestro de uma noiva no Quirguistão em 6 de junho de 2018, depois que uma mulher de 20 anos foi assassinada em uma delegacia de polícia por seu sequestrador.

FOLHETO

TIPOS DE PROTESTO



Esta é uma dentre várias fotos de ações e eventos que fazem parte da turnê do ônibus Game of Drones realizada pela Anistia Internacional nos EUA. A turnê “Game of Drones” articula as campanhas da Anistia Internacional dos EUA com organizações de base numa ação contra o programa secreto de drones implementado pelo governo em algumas cidades americanas. Essa estratégia da Anistia Internacional permite construir um espaço móvel de organização que incorpora diretamente ativistas locais. Na foto, estudantes da Universidade de Minnesota fazem uma ação para exigir que o governo dos EUA acabe com execuções extrajudiciais. As vítimas de ataques de drones e suas famílias têm pouca chance de garantir justiça.

FOLHETO**TIPOS DE PROTESTO****ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

Em 2014, dezenas de milhares de pessoas foram às ruas de Hong Kong, China, para exigir reformas democráticas na cidade. O protesto de 79 dias ocupou os principais distritos do centro de Hong Kong e ficou conhecido como “A revolução dos guarda-chuvas”. Os guarda-chuvas, usados pelos manifestantes para se protegerem do spray de pimenta e o gás lacrimogêneo se tornaram um ícone, simbolizando a resistência e as demandas sociais.

FOLHETO**TIPOS DE PROTESTO**

Nawal Benaissa, do movimento de base Al-Hirak Al-Shaabi, participa de um protesto em 31 de maio de 2017 na cidade de Al-Hoceima, no norte do Marrocos. Milhares de pessoas realizaram manifestações para exigir a liberação da principal voz do movimento de protesto. O país foi sacudido pela agitação social desde a morte, em outubro de 2016, do peixeiro Mouhcine Fikri, 31 anos, que foi esmagado em um caminhão de lixo quando protestava contra a apreensão da sua mercadoria pela polícia.



7. MARIELLE FRANCO E O DIREITO À VIDA

A seção Direito à Vida apresenta três opções de atividades: “Aquecimento: O Estado e o Direito à Vida”, “Atividade: Marielle e seu Direito à Vida” e “Entre em Ação pela Família de Marielle Franco”. Dependendo do tempo disponível e da necessidade das turmas, os professores ou facilitadores podem optar por usar o Aquecimento ou a Atividade, ou ambos, antes de estimular às turmas para a atividade final “Entre em Ação pela família de Marielle Franco”.

7.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O DIREITO À VIDA

Todo mundo tem o direito inerente à vida. Este direito é a pré-condição para desfrutar dos outros direitos e tem de ser protegido pela lei. Ninguém deve ser privado do seu direito à vida. Isso significa que os governos não só têm de proteger a vida, como também têm a obrigação de tomar as medidas cabíveis para evitar a morte. A falta de investigação sobre as circunstâncias da morte de alguém pode constituir uma violação dos direitos humanos perante a Lei Internacional de Direitos Humanos.

Os Estados têm de assegurar que um processo de investigação ocorra de forma imediata, independente, imparcial, completa e efetiva quando alguém perde a vida de forma suspeita. Esse processo tem de ser realizado por órgãos independentes e imparciais. Se houver suspeita de que a morte foi resultado de conduta criminosa, as autoridades têm de garantir que os suspeitos de responsabilidade sejam levados perante a justiça e que tenham um julgamento justo.

O Artigo 6 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Artigo 3 da DUDH estabelecem que os Estados têm de respeitar, proteger e fazer cumprir o direito à vida.

Os Estados têm a responsabilidade e a obrigação, em última instância, de proteger DDDH e garantir que possam realizar seu trabalho em um ambiente

A Anistia Internacional se opõe à pena de morte em todas as circunstâncias e afirma que esta é uma violação aos direitos humanos, em particular ao direito à vida, ao direito de não ser torturado ou receber tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante. Para saber mais, faça o curso on-line gratuito de 20 minutos da Anistia Internacional, “Tomando uma posição contra a pena de morte”. ”.



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

7.1 O DIREITO À VIDA E DDDH

seguro e favorável. Essa obrigação exige, além disso, que os Estados implementem medidas para prevenir violações dos direitos humanos cometidas contra DDDH, apurar alegações de abusos contra eles e garantir que possam realizar seu trabalho legítimo sem medo de represálias. No entanto, está claro que os ataques contra DDDH ocorrem com frequência porque os Estados não promovem um ambiente seguro e propício para que possam desenvolver suas atividades. Em geral, os Estados não reconhecem e nem protegem defensores e defensoras em risco e não responsabilizam os autores dos abusos. Quando os Estados não levam a sério os ataques contra DDDH, as autoridades passam a mensagem de que tais atos são tolerados e que os perpetradores sofrerão pouca ou nenhuma consequência por isso, o que aumenta a probabilidade de que ataques semelhantes sejam cometidos no futuro.

7.2 ATIVIDADES: DIREITO À VIDA

RESULTADOS DO APRENDIZADO

A turma será capaz de:

Reconhecer que toda pessoa tem direito à vida

Explicar como os direitos de Marielle Franco foram violados e que os Estados têm o dever de respeitar, proteger e cumprir o direito à vida

Escrever uma carta de pressão às autoridades que têm o poder de acabar com abusos dos direitos humanos e uma carta em apoio à família de Marielle Franco

ETAPAS DAS ATIVIDADES

Aquecimento: O Estado e o Direito à Vida
15 MINUTOS

Atividade: Marielle e seu Direito à vida
55 MINUTOS

Entre em Ação pela família de Marielle Franco
20 MINUTOS



AQUECIMENTO**O ESTADO E O
DIREITO À VIDA****ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **TEMPO**

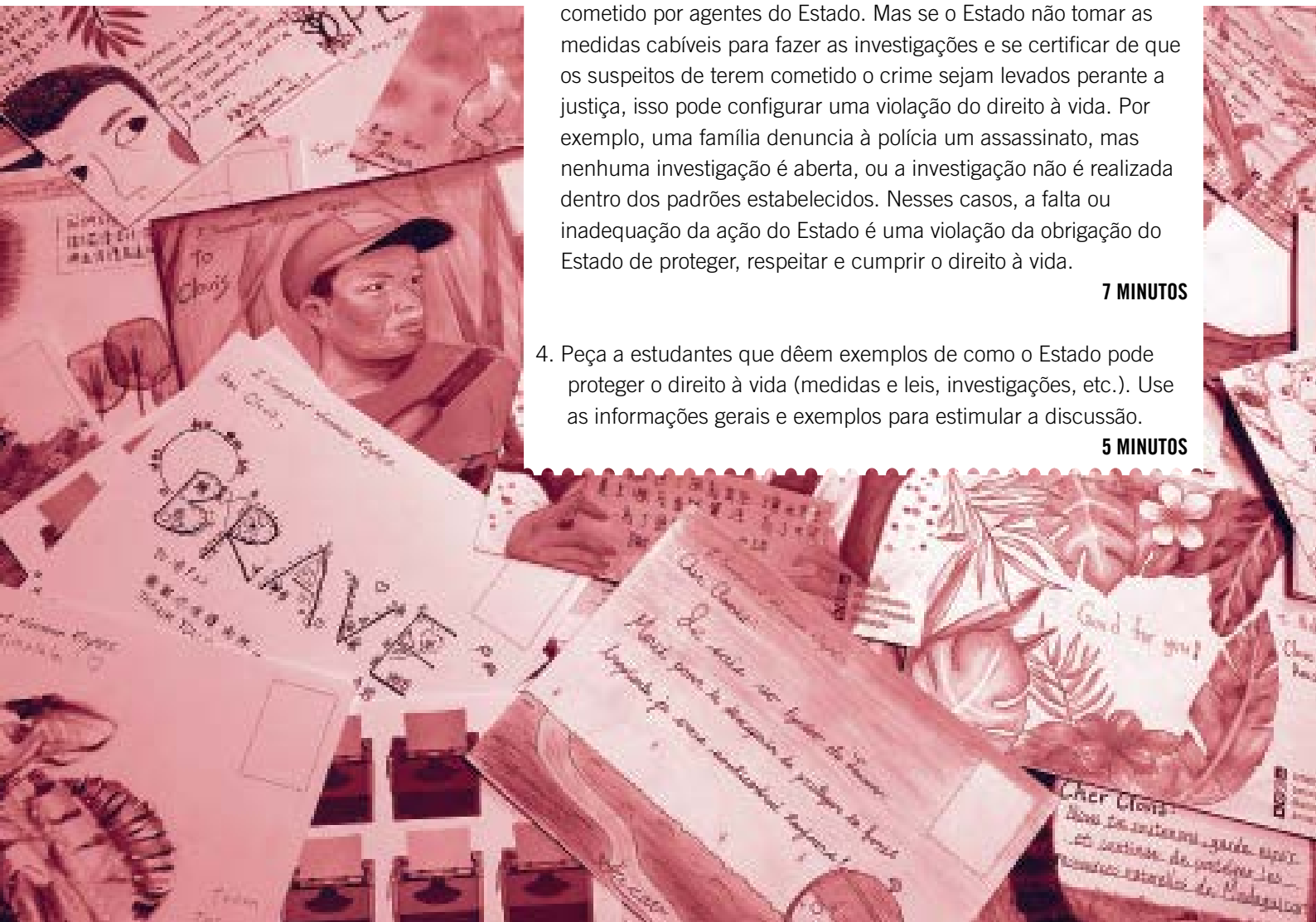
🕒 15 MINUTOS

MATERIALFolheto: **Versão simplificada da DUDH**
(Anexo)**PREPARAÇÃO**

Imprima cópias do folheto DUDH

PLANO DE AULA

1. Leia em voz alta o Artigo 3 da DUDH: “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. **1 MINUTO**
2. Peça a turma para se levantar e pergunte quem acha que “um assassinato” é uma violação dos direitos humanos. Convide quem respondeu “sim” a ficar à sua esquerda e quem respondeu “não” a ficar à sua direita. Pergunte a turma: por que acham que sim? Por que acham que não? **2 MINUTOS**
3. Deixe que cada lado expresse seus pontos de vista. Explique que o assassinato é um crime horrível, mas nem sempre se caracteriza como uma violação dos direitos humanos se, como tal, não for cometido por agentes do Estado. Mas se o Estado não tomar as medidas cabíveis para fazer as investigações e se certificar de que os suspeitos de terem cometido o crime sejam levados perante a justiça, isso pode configurar uma violação do direito à vida. Por exemplo, uma família denuncia à polícia um assassinato, mas nenhuma investigação é aberta, ou a investigação não é realizada dentro dos padrões estabelecidos. Nesses casos, a falta ou inadequação da ação do Estado é uma violação da obrigação do Estado de proteger, respeitar e cumprir o direito à vida. **7 MINUTOS**
4. Peça a estudantes que dêem exemplos de como o Estado pode proteger o direito à vida (medidas e leis, investigações, etc.). Use as informações gerais e exemplos para estimular a discussão. **5 MINUTOS**





ATIVIDADE

MARIELLE E SEU DIREITO À VIDA

TEMPO

🕒 55 MINUTOS

MATERIAL

Folhas de papel em branco

Quadro branco/marcadores ou lousa e giz

Folheto: **Versão simplificada da DUDH (Anexo)**

Folheto: **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Marielle Franco (Anexo)**

Opcional: **Projetor ou fotos impressas da Marielle**

PREPARAÇÃO

Imprima cópias do folheto **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Marielle Franco**

Imprima cópias da **versão simplificada da DUDH**

Configure o projetor ou imprima fotos da **Marielle**

PLANO DE AULA

D1. Divida a turma em grupos de quatro ou cinco e distribua as folhas de papel para cada grupo. Peça-lhes para escolher uma questão de direitos humanos pelo qual gostariam de defender e lutar. Os grupos podem escolher um direito do folheto da DUDH ou escolher algo a que tenham acesso e seja essencial para o seu dia a dia (por exemplo, acesso à comunicação on-line, alimentação, etc.).

5 MINUTOS

2. Depois de escolherem o direito humano sobre o qual querem atuar, diga-lhes que esse direito está sendo tirado do grupo e peça que reflitam sobre as seguintes questões:

- a. Como o grupo se sente ao ter seu direito retirado?
- b. Por que o grupo acha que esse direito/essa questão é importante ou por que é legítimo defendê-lo/la?
- c. Como o grupo poderia defender esse direito/essa questão nas suas comunidades ou no país?
- d. Que meios poderiam usar e que ações poderiam fazer (manifestação, escrever um blog, criar um grupo de ativistas, etc.)?

Peça-lhes que escrevam as respostas e diga que serão convidados a fazer uma breve apresentação.

10 MINUTOS

3. Depois de escolherem em quais ações eles gostariam de participar, peça que se reagrupem e que cada grupo apresente brevemente o direito/a questão que desejam defender, por que e como. Escreva as ações propostas no.

10 MINUTOS.

Pergunte à turma:

- a. Quem poderia apoiá-los (por exemplo, o professor, o administrador da escola, as autoridades) e como?
- b. Que obstáculos os estudantes poderiam enfrentar ao tentar alcançar o objetivo? O que ou quem poderia ser esse impedimento?
- c. Por que e como? Eles gostariam de persistir na realização da ação mesmo assim?
- d. Qual seria a pior coisa que poderia acontecer se eles decidissem defender seus direitos apesar dos riscos?

ACTIVITY

MARIELLE AND HER RIGHT TO LIFE

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL 

Conte à turma que existe pessoas no mundo inteiro fazendo ações pelos direitos humanos. A quantidade de desafios enfrentados é muito grande. Por causa do trabalho de direitos humanos que elas realizam, seu direito à vida às vezes é ameaçado e colocado em risco. **15 MINUTOS**

4. Distribua o folheto de Marielle para a sua turma ou use o projetor. Peça a diferentes alunos/alunas que leiam um parágrafo cada. **5 MINUTOS**



5. Discuta o caso de Marielle com a turma e faça as seguintes perguntas:

- Quais eram os direitos humanos defendidos por Marielle durante a sua vida?
- Quais dos direitos de Marielle foram violados? Como eles foram violados? O direito à vida deve ser incluído nesta lista.
- Como eles se sentem em relação à morte de Marielle?
- Eles acham que algumas pessoas correm mais risco? Por quê?
- Como eles acham que seu assassinato tenha afetado outros DDDH?
- Acham que poderiam ter realizado as ações que seus grupos propuseram no início desta atividade sua própria cidade sem que sentissem medo? Por quê?
- O que se pode fazer para garantir que o direito à vida não seja violado no Brasil e para proteger DDDH como Marielle? Que tipo de ações podem ser realizadas e por quem? **15 MINUTOS**

6. Encerre a discussão concluindo que o direito à vida – como todos os direitos humanos- pertence a todos nós. Em alguns contextos, DDDH enfrentam riscos específicos relacionados a atividade que desempenham. Em geral, os Estados não reconhecem nem protegem efetivamente os defensores em risco e não responsabilizam os suspeitos de terem perpetrado os abusos. Quando se perpetua a impunidade por esses ataques, as autoridades passam a mensagem de que tais atos são tolerados e que os perpetradores sofrerão pouca ou nenhuma consequência por isso. Em uma situação ideal, as pessoas poderiam se reunir e protestar pacificamente e não ter medo do que acontecerá com elas. Eles poderiam falar sobre a injustiça sem medo de ameaças, assalto, prisão e até morte. **4 MINUTOS**

7. Leia a seguinte declaração da Anistia Internacional sobre seu assassinato Marielle à sua turma e explique que eles e elas podem tomar medidas para apoiar a família de Marielle: “O sigilo e a confidencialidade destinados a garantir a eficácia da investigação não podem servir de cortina de fumaça para o silêncio das autoridades responsáveis por esclarecer os fatos em torno do assassinato de Marielle. Devemos identificar e responsabilizar não só aqueles que dispararam os tiros, mas também aqueles que ordenaram o assassinato, bem como determinar o motivo do crime.” **1 MINUTO**



7.3 ENTRE EM AÇÃO

PELA FAMÍLIA DE MARIELLE FRANCO

TEMPO

🕒 20 MINUTOS

MATERIAL

Papel, caneta, envelope e selos

Projektor ou fotos impressas de Marielle

Folheto: **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Marielle Franco (veja Anexo)**

Opcional: **Internet e computador**

Opcional: **Modelos de carta do Kit para Escrever Cartas**

PREPARAÇÃO

Imprima cópias do folheto **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Marielle Franco**

Configure o projetor ou imprima fotos de Marielle

PLANO DE AULA

1. Explique à turma que Marielle Franco lutou sem medo por um Rio de Janeiro mais justo. Ela defendeu mulheres negras, pessoas LGBTI e jovens e condenou os assassinatos ilegais cometidos pela polícia. Mas ela foi silenciada, morta a tiros dentro de seu carro. Esse é um padrão recorrente no Brasil, onde pelo menos 70 DDDH foram mortos em 2017. As pessoas que defendem os direitos humanos vivem muitas vezes em risco.

2. Incentive a turma a escrever ao Interventor Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro exigindo justiça para Marielle hoje.

Você pode dar a turma as seguintes orientações para ajudar a escrever as cartas ao Interventor Federal. Eles podem:

- Se apresentar brevemente;
- mencionar o que os chocou ao ler a história de história de Marielle, e dizer que apóiam a família de Marielle e os DDDH;
- cobrar o Interventor Federal sobre respostas da investigação que deve levar os suspeitos de assassinato de Marielle Franco perante a justiça, inclusive os que ordenaram o crime.

A carta pode ser enviada para:

Ilmo. Sr. Gen. Walter Souza Braga Netto

Interventor Federal

Praça Cristiano Ottoni, s/nº, 4º andar – Ed. Central do Brasil, Centro CEP 20221-250 Rio de Janeiro, RJ

Se preferir, pode enviar sua também por email

Email: secretaria.gifrj@apresidencia.gov.br (cópia para escrevapordireitos@gmail.com)

Twitter: [@intervfederalRJ](https://twitter.com/intervfederalRJ)

Saudação: Ilmo. Sr. Interventor

3. Incentive a turma a demonstrar solidariedade com a família de Marielle. Você pode dar a turma as seguintes orientações para ajudar a escrever as cartas de solidariedade. A turma poderá:

7.3 ENTRE EM AÇÃO**EM FAVOR DA FAMÍLIA
DE MARIELLE FRANCO****ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

- Pensar em algo que a família de Marielle gostaria de ouvir neste momento difícil.
- Expressar solidariedade, admiração ou qualquer outro sentimento que tenham em relação a Marielle e sua família.
- Enviar mensagens de solidariedade e força, para que a família de Marielle saiba que eles estão com eles na luta por justiça.

As cartas podem ser enviadas para:
Dona Marinette e Seu Antônio
Anistia Internacional Brasil
Rua da Glória, 344 / 3º andar – Glória
Rio de Janeiro-RJ – Brasil
20241-180

Se preferir, você pode optar por usar os modelos disponíveis no Material de EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS para Escrever Cartas 2018.



8. ATENA DAEMI E A PROIBIÇÃO DA TORTURA E DO TRATAMENTO CRUEL, DESUMANO OU DEGRADANTE



A unidade **Proibição da Tortura e do Tratamento Cruel, Desumano ou Degradante** (também designada por Tortura e Outros Maus-Tratos) contém três possibilidades de atividades: “Aquecimento: Caçadores de Mito”, “Atividade: Entendendo a Tortura e Outros Maus-Tratos” e “Entre em Ação por Atena Daemi”. Dependendo do tempo disponível e da necessidade da turma, os professores podem optar por usar o Aquecimento ou a Atividade, ou ambos, antes de estimular a turma para a atividade final “Entre em Ação por Atena Daemi”.

8.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PROIBIÇÃO DA TORTURA E DO TRATAMENTO CRUEL, DESUMANO OU DEGRADANTE

A proibição **de tortura e outros maus-tratos é absoluta**, o que significa que não existe justificativa para submeter uma pessoa a tortura ou outros maus-tratos. Essa proibição também integra o que se conhece por direito internacional consuetudinário – o que significa que ela é vinculante para todos os Estados, independentemente de terem assinado ou não o tratado que contém a proibição. O Artigo 5 da DUDH proíbe a tortura e os tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. A Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (UNCAT) é um tratado de direitos humanos exclusivamente sobre a proibição da tortura.

As várias definições de tortura e outros maus-tratos no âmbito do direito internacional podem dificultar o seu entendimento, mas há elementos comuns à maioria das definições de tortura, a saber:

- A tortura resulta em dor física e/ou mental, ou em intenso sofrimento sendo isso suficiente para que seja considerada grave.
- A tortura é infligida intencionalmente.
- A tortura é infligida com um propósito ou com base em discriminação.
- Agentes públicos estão envolvidos, direta ou indiretamente, na imposição de tortura.

Em muitos casos, não é necessário fazer uma distinção entre tortura e tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante – todos esses atos são absolutamente proibidos pelo direito internacional.



**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL



No entanto, quando se faz uma distinção, a posição da Anistia Internacional é que um ato pode constituir um tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante mesmo não possuindo um ou mais dos seguintes elementos-chave atribuídos à tortura: intenção, propósito (ou discriminação), ou dor ou sofrimento intensos.

Seguem alguns exemplos dos tipos de conduta que podem resultar em tortura ou outros maus-tratos:

- Punição corporal
- Condições prisionais desumanas
- Estupro ou outras formas de abuso sexual cometidos por agentes do Estado
- Tornar ilegal o ato de fazer aborto
- Ameaças de violência, que podem infligir sofrimento psicológico
- A pena de morte

A proibição de tortura e outros maus-tratos também significa que os Estados estão obrigados a não enviar qualquer pessoa à força para outro país ou território onde ela possa correr o risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos.

Considere a possibilidade de propor à turma uma das atividades da Seção 5 neste material de educação em direitos humanos para trabalhar a introdução aos direitos humanos antes de entrar no tema da proibição da tortura e outros maus-tratos.

A Anistia Internacional também oferece um material exclusivamente pedagógico sobre a proibição da tortura, **“Capacitação Contra a Tortura: Uma Série de Oficinas de Educação em Direitos Humanos”**, e disponibiliza o manual, **“Combate à Tortura e Outros Maus Tratos: Um Manual para Ação”** elaborado para DDDH, advogados, juízes, agentes da lei e outros agentes públicos, legisladores, profissionais da saúde e a mídia – ou qualquer outra pessoa que queira tornar o tema da tortura mais transparente e erradicar a tortura. Se quiser explorar um pouco mais essa questão de direitos humanos com a sua turma, a Anistia Internacional oferece o curso on-line gratuito **“O Direito de Não Ser Torturado”**.

Disponível em inglês, espanhol, francês e árabe. Acesse amnesty.org.

8.2 ATIVIDADES:: PROIBIÇÃO DA TORTURA E TRATAMENTO CRUEL, DESUMANO OU DEGRADANTE

RESULTADOS DO APRENDIZADO

A turma será capaz de:

Desafiar mitos perigosos sobre tortura e outros maus-tratos

Solidarizar-se com as vítimas de tortura e outros maus-tratos

Escrever uma carta (ou cartas) em apoio à Atena Daemi

ETAPAS DAS ATIVIDADES

Aquecimento: Caçadores de Mitos

15 MINUTOS

Atividade: Entendendo a Tortura e Outros Maus-Tratos

55 MINUTOS

ENTRE EM AÇÃO POR ATENA DAEMI

20 MINUTOS

TEMPO

🕒 15 MINUTOS

MATERIAL

Folhas de papel em branco ou de rascunho para cada aluno

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL**



AQUECIMENTO

CAÇADORES DE MITOS

PLANO DE AULA

1. Verifique se toda a turma recebeu uma folha de papel em branco ou de rascunho. Peça para dobrarem o papel ao meio e escreverem “FATO” de um lado e “MITO” do outro. Explique que você vai ler algumas afirmações sobre tortura e outros maus-tratos a turma fará o papel

de caçadores de mitos: vão levantar o papel mostrando a palavra “MITO” quando acreditarem que a afirmação é falsa e “FATO” quando acreditarem que é verdadeira. **3 MINUTOS**

2. Leia as afirmações a seguir em voz alta, dando tempo à turma para pensar em cada afirmação para votar se é verdadeira ou falsa. Após cada votação, leia a resposta e discuta brevemente os fatos fornecidos. **12 MINUTOS**

- a. **A tortura é usada principalmente contra suspeitos de terrorismo e durante a guerra.**

Mito. Pesquisas mostram que a tortura e outros maus-tratos continuam sendo um problema em muitos países atualmente. A maioria das vítimas de tortura e outros maus-tratos no mundo inteiro não são terroristas perigosos, mas sim suspeitos criminosos pobres, marginalizados e desempoderados que, infelizmente, raras vezes chamam a atenção da mídia e da opinião pública.

- b. **A tortura é a única maneira de obter informações.**

Mito. A tortura é um instrumento primitivo e contundente usada para obter informações. Os Estados têm uma enorme variedade de maneiras de coletar informações sobre crimes sem abrir mão da humanidade. As técnicas humanizadas de questionamento têm se mostrado eficientes para obtenção de informações sobre crimes sem que resultem nas devastadoras consequências pessoais, sociais e jurídicas da tortura.

- c. **Tortura é ilegal.**

Fato. A tortura foi proibida internacionalmente desde a adoção da DUDH, em 1948. Não é permitida nem mesmo em épocas de emergência. Essa proibição alcançou um consenso global tão forte que se tornou vinculante mesmo nos Estados que não



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **AQUECIMENTO****CAÇADORES DE MITOS**

aderiram aos tratados de direitos humanos nessa área.

d. Algumas formas de tortura não são tão ruins assim.

Mito. Tortura não tem gradação. Não existe essa ideia de “tortura leve”, que seria considerada “mais suave” e “diferente” do conceito tradicional de tortura, pois ela inflige dor ou sofrimento físico ou mental intensos. Todas as formas de tortura são desprezíveis e ilegais.

e. É difícil saber quando e onde a tortura está ocorrendo.

Fato. Em geral, a tortura é oculta – escondida nas prisões de delegacias, salas de interrogatório ou penitenciárias.

f. Em certas situações, a tortura serve a um bem maior.

Mito. A tortura nunca é um ato legal ou aceitável. Ainda há muito o que fazer para acabar com essa prática desprezível.

g. A tortura é usada apenas por poucos Estados, dentre os piores governos.

Mito. Nos últimos cinco anos, houve relato de tortura em 141 países em todas as regiões do mundo.

h. Muitos governos e pessoas que torturam ficam impunes.

Fato. A tortura geralmente ocorre nas sombras. Os governos muitas vezes se esforçam mais para negar ou encobrir a tortura do que realizar investigações quando uma queixa é feita.

i. Uma das melhores maneiras de evitar a tortura é trazê-la à luz.

Fato. Uma das melhores maneiras de prevenir a tortura e garantir que os torturadores não consigam se safar é revelá-las.



ATIVIDADE

ENTENDENDO A TORTURA E OUTROS MAUS TRATOS

TEMPO

🕒 55 MINUTOS

MATERIAL

Folha de papel em branco grande
Tesoura
Caneta Pilot
Fita adesiva

Folheto: **Os maus-tratos sofridos por Atena Daemi**

Folheto: **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Atena Daemi (Anexo)**

Opcional: **Equipamento audiovisual e internet**

Opcional: **Quadro branco**

PREPARAÇÃO

Imprima cópias do folheto sobre **Os Maus-tratos à Atena Daemi e separe os parágrafos cortando-os um a um**

Imprima cópias do folheto **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Atena Daemi**

PLANO DE AULA

1. Apresente à turma o Artigo 5 da DUDH: “Ninguém será submetido a tortura ou a tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante”. Pergunte se sabem dizer por que este Artigo também inclui “tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante”. Peça para pensarem em algo que não chamariam de “tortura” mas que, ainda assim, seria um tratamento terrível e devesse ser proibido. No final da discussão, enfatize que a lei de direitos humanos proíbe a tortura e outros maus-tratos. Eles são desprezíveis. Eles são ilegais. **5 MINUTOS**

2. Organize a turma em cinco grupos. Diga que o grupo vai conhecer uma pessoa real, que está viva. Ela se chama Atena Daemi, seu direito de não ser submetida à tortura e outros maus-tratos foi violado e nos últimos três anos passou por diversos momentos difíceis. Explique que cada grupo vai receber informações sobre um determinado momento. Em cada grupo um aluno deve ler em voz alta para o próprio grupo. Em seguida o grupo deve discutir livremente sobre o que leu por alguns minutos. Distribua os parágrafos e peça para a turma começar. **10 MINUTOS**

3. Peça a turma que reflita sobre como se sentiria se estivesse na situação de Atena. Que emoções sentiriam? Teriam esperança, sentiriam medo? Distribua as canetas pilot e uma folha de papel grande em branco para cada grupo e peça que discutam e anotem as respostas. **5 MINUTOS**

4. Convide cada grupo a compartilhar com o restante da turma seu parágrafo sobre Atena, assim como as respostas escritas. Afixe todas folhas na parede ou no quadro branco, usando a fita adesiva. **25 MINUTOS**

ATIVIDADE**PROIBIÇÃO DA TORTURA E
TRATAMENTO CRUEL, DESUMANO
OU DEGRADANTE****ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

5. Comece uma discussão com todos a turma.

10 MINUTOS

a. Primeiro, pergunte à turma:

– O que você sente agora que conhece melhor a vida da Atena?
Esperança? Medo? Alguma coisa surpreendeu você?

– Você poderia destacar que tipos de maus-tratos afetam
especificamente a Atena como mulher?

b. Agora, leia em voz alta para a classe o folheto da CAMPANHA
ESCREVA POR DIREITOS sobre a Atena. Pergunte à turma:

- Quais são os outros direitos relevantes para a luta de Atena e por
quê? (Mostre, como referência, a versão simplificada da DUDH no
Anexo deste material.)
- Agora você conhece as muitas dificuldades vividas por Atena. Mas
a história de Atena é inspiradora para você?





8.3 ENTRE EM AÇÃO

POR ATENA DAEMI

TEMPO

🕒 20 MINUTOS

MATERIAL

Papel, caneta, envelope e selos
Projektor ou fotos impressas de Atena

Folheto: **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Atena Daemi (Anexo)**

Opcional: **Internet e computador**

Opcional: **Modelos de cartas do Kit para Escrever Cartas**

PREPARAÇÃO:

Imprima cópias do folheto da CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Atena Daem

Configure o projetor ou imprima fotos de Atena

PLANO DE AULA

1. Explique à turma que, como muitas pessoas, Atena Daemi sonha com o fim da pena de morte no Irã. Ela faz postagens no Facebook, Twitter e Instagram, distribui panfletos e participa de protestos pacíficos. Por incrível que pareça, essas simples ações foram usadas como “evidências” para condená-la a sete anos de prisão. Seu julgamento durou só 15 minutos. Na prisão ela tem enfrentado maus-tratos, inclusive violência física. É mais um exemplo cruel das ações do Irã na punição ao ativismo pacífico.
2. Incentive a turma a escrever cartas para o Chefe do Judiciário do Irã para instá-lo a libertar Atena Daemi imediatamente.

Você pode dar à turma as seguintes orientações para ajudá-los a escrever as cartas ao Chefe do Judiciário do Irã.

- Apresentar-se brevemente
- Mencionar o que os chocou ao ler a história de Atena
- Pedir explicitamente que liberte Atena Daemi imediata e incondicionalmente

A carta pode ser enviada para:

Chefe do Judiciário

Ayatolla Sadegh Larijani

A/C Anistia Internacional Brasil

Caixa Postal 16951

Rio de Janeiro, RJ

Forma de tratamento: Sua Excelência

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **8.3 TAKE ACTION****FOR ATENA DAEMI**

3. Incentive a turma a demonstrar solidariedade com Atena Daemi.

Você pode dar a turma as seguintes orientações para ajudá-los a escrever as cartas de solidariedade. Eles podem:

- Pensar em algo que Atena gostaria de ouvir neste momento difícil
- Expressar solidariedade, admiração ou qualquer outro sentimento que tenham em relação a ela

Infelizmente, não é seguro enviar cartas para Atena ou sua família no Irã. Você pode enviar ao escritório da Anistia Internacional Brasil e garantimos que sua mensagem de solidariedade será entregue. Uma alternativa seria demonstrar seu apoio via Twitter ou Instagram.

A carta pode ser enviada para:

Atena Daemi

A/C Anistia Internacional Brasil
Caixa Postal 16951
Rio de Janeiro, RJ

Twitter: @AtenaDaemi

Instagram: www.instagram.com/atenadaemi

Se preferir, você pode optar por usar os modelos disponíveis no Kit para Escrever Cartas 2018.



FOLHETO**OS MAUS-TRATOS
À ATENA DAEMI****ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

1. ATENA DAEMI foi presa pela primeira vez por nove membros da Guarda Revolucionária do Irã, em outubro de 2014, e transferida para a prisão Evin de Teerã. Foi mantida em condições de extremo isolamento durante 88 dias sem acesso a um advogado. A cela, nos primeiros 20 dias, estava infestada de insetos e não tinha instalações sanitárias. Contou que seus interrogadores se ofereceram para facilitar o acesso ao banheiro em troca de sua “cooperação”.

2. ATENA DAEMI conta que foi interrogada durante 58 dias, muitas vezes por períodos de 10 horas ou mais. Durante esses longos interrogatórios, ficou sentada, de olhos vendados, de frente para uma parede. Teve vários problemas de saúde, inclusive fraqueza nos membros e visão embaçada – mas as autoridades lhe negaram atendimento médico especializado fora da prisão.

3. ATENA DAEMI foi novamente presa em 26 de novembro de 2016, quando três membros da Guarda Revolucionária invadiram a casa de seus pais e a levaram para a Prisão Evin, em Teerã, onde começaria a cumprir a sentença de sete anos de prisão. Contou que foi espancada e atacada com spray de pimenta pelos guardas que a prenderam, depois de ter insistido pacificamente para que apresentassem um mandado de prisão. Disse que sua irmã também levou um soco no peito quando tentou intervir afastando os guardas. Descreveu ainda como, no caminho para a prisão, os membros da Guarda Revolucionária a vendaram e repetiram ameaças de que abririam novos processos contra ela e que tinham “armado um plano para ela tirar de uma vez essa ideia da cabeça de ser libertada da prisão.”

4. Em 2017, ATENA DAEMI foi transferida para a clínica da prisão para fazer um exame no coração, mas o enfermeiro se recusou a realizá-lo. A “justificativa” foi que “não seria adequado” uma equipe médica masculina realizar aquele tipo de exame, já que a paciente teria de tirar a vestimenta que cobre o tórax. As mulheres presas políticas com frequência enfrentam uma superposição de elementos discriminatórios baseados explicitamente em gênero quando precisam de atendimento médico.

5. ATENA DAEMI vem sendo mantida em condições insalubres na ala de quarentena da prisão de Shahr-e Rey, nas instalações de uma antiga indústria de frangos. Seu acesso ao exterior é severamente restrito. De acordo com relatórios amplamente divulgados e informações fornecidas à Anistia Internacional, as condições na prisão de Shahr-e-Rey são chocantes e estão muito aquém das regras-padrão mínimas do tratamento a prisioneiros. Os prisioneiros relatam a existência marcas de urina no chão, chuveiros e banheiros imundos, escassez de leitos e a predominância de doenças contagiosas. Eles também relataram a baixa qualidade dos alimentos, que contêm partículas de pedra, e da água, salobra e não potável.



9. ME NÂM E O DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

A unidade **Direito a um Julgamento Justo** contém duas sugestões de atividades: “Atividade: Justo ou Injusto?” E “Entre em Ação em Favor de Me Nâm”.

9.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

O direito a um julgamento justo é um direito humano. É uma das garantias aplicáveis universalmente reconhecidas na DUDH, adotada em 1948 por todos os governos do mundo. Desde então, tornou-se um direito legalmente vinculante para todos os Estados, integrando o direito internacional consuetudinário, reafirmado e aprofundado em tratados juridicamente vinculativos, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP).

Essas normas universais de direitos humanos foram concebidas para que sejam aplicadas aos sistemas jurídicos de todo o mundo levando em conta a rica diversidade de procedimentos legais. Elas estabelecem as garantias mínimas que todos os sistemas devem dispor para assegurar justiça, respeito ao estado de direito e respeito pelo direito a um processo penal justo. Aplicam-se a investigações, prisões e detenções, bem como durante todo o período de instrução do processo, julgamento, recurso, sentença e pena.

Todo governo tem o dever de levar a julgamento os responsáveis por crimes em tribunais independentes, imparciais e competentes, respeitando as normas internacionais de justiça. Seja qual for o crime, se as pessoas forem submetidas a julgamento injusto, a justiça não estará sendo cumprida em relação ao acusado, à vítima do crime nem ao público. O próprio sistema judicial penal perde credibilidade quando as pessoas são torturadas ou maltratadas por agentes da lei, quando os julgamentos são manifestamente injustos ou quando os processos são marcados por discriminação.

Avaliar a equidade do processo penal é algo complexo e multifacetado. Não existem casos iguais e cada um deve ser examinado com base nos seus próprios méritos e como um todo. O direito a um julgamento justo é mais amplo do que todo o conjunto das garantias individuais.

9.2 ATIVIDADES SOBRE O DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

RESULTADO DO APRENDIZADO

A turma será capaz de:

Reconhecer o que o direito a um julgamento justo implica e qual a sua importância

Dizer resumidamente quais as consequências da violação do direito a um julgamento justo

Escrever uma carta (ou cartas) em apoio a Me Nâm

ETAPAS DAS ATIVIDADES

Atividade: Justo ou Injusto? 60 MINUTES

Entre em Ação em Favor de Me Nâm 20 MINUTES

Acesse a segunda edição do “Manual para um Julgamento Justo” da Anistia Internacional aqui.



ATIVIDADE

JUSTO OU INJUSTO?

TEMPO

 60 MINUTOS

MATERIAL

Post-its em duas cores

Escala

Folhetos: **Julgamento Justo**

Folheto: **Direitos Relacionados a um Julgamento Justo**

Folheto: **versão simplificada da DUDH (veja Anexo)**

PREPARAÇÃO

Imprima os quatro folhetos sobre **Julgamento Justo**

Obs: Se for uma turma grande, você pode imprimir várias cópias do mesmo caso e colocá-las em paredes diferentes.

Afixe os quatro folhetos sobre **Julgamento Justo** em diferentes paredes

Imprima cópias dos **Direitos Relacionados a um Julgamento Justo**

Imprima cópias da versão simplificada do folheto da **UDHR**

PLANO DE AULA

1. Peça a turma que circule pela sala e leia cada caso. Todos a turma devem votar se o tratamento recebido por aquela pessoa foi justo ou injusto, fazendo um tracinho na escala que aparece abaixo de cada caso. Depois de votar em cada caso, a turma retorna aos seus lugares. **20 MINUTOS**

2. Discuta com a turma os resultados da votação e por que eles acharam que as pessoas daquele caso foram tratadas de forma justa ou injusta. Peça que destaquem semelhanças e diferenças e, especificamente no caso de Me Nâm, as razões de ter sido acusada. **10 MINUTOS**

3. Distribua os folhetos – “Direitos Relacionados a um Julgamento Justo e Versão simplificada da DUDH” – entre a turma e os post-it de ambas as cores. Explique à turma que eles podem consultar esses folhetos para fazer a próxima tarefa. **5 MINUTOS**

4. Peça à turma que leia os diferentes casos presos nas paredes. Desta vez, eles devem anotar num post-it de uma determinada cor todos os direitos de um julgamento justo que eles acham que estariam envolvidos no caso; e no post-it da outra cor vão escrever como eles acham que se sentiriam se estivessem no lugar daquela pessoa. Antes de tudo, você tem de atribuir a cada cor do post-it qual será usada para os direitos e qual será usada para os sentimentos. Cada post-it deverá ser colado ao lado do respectivo caso. **20 MINUTOS**

5. Ao fim, peça que discutam suas respostas com a classe e que façam uma reflexão sobre MeNâm e o impacto que uma violação dos direitos relacionados ao julgamento justo tem sobre outros DDDHs no Vietnã. **5 MINUTOS**



9.3 ENTRE EM AÇÃO

POR ME NÂM

TEMPO

🕒 20 MINUTOS

MATERIAL

Papel, caneta, envelope e selos
Projektor ou fotos impressas de Me Nâm

Folheto: **CAMPANHA ESREVA POR DIREITOS Me Nâm (Anexo)**

Opcional: **Internet e computador**

Opcional: **Modelos de cartas do Kit para Escrever Cartas**

PREPARAÇÃO

Imprima cópias do folheto da CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Me Nâm

Configure o projetor ou imprima fotos de Me Nâm



PLANO DE AULA

1. Me Nâm, ou “Mother Mushroom” (Mãe Cogumelo), é uma das blogueiras mais influentes do Vietnã. Pressionou o governo fazendo críticas à violência policial e às questões ambientais, mas em junho de 2017 foi condenada a 10 anos de prisão por “fazer propaganda” contra o Estado e compartilhar artigos on-line. A dura sentença que recebeu faz parte de uma tentativa mais ampla de silenciar as pessoas que se manifestam em seu país.

2. Incentive a turma a escrever para o Primeiro Ministro do Vietnã, pedindo-lhe que liberte Me Nâm imediata e incondicionalmente.

Você pode dar à turma as seguintes orientações para ajudá-los a escrever as cartas ao Primeiro Ministro do Vietnã:

- Escrever uma breve apresentação sobre si.
- Mencionar o que acharam mais chocante ao ler a história de Me Nâm. Por exemplo, que ela não fez nada além de manifestar sua opinião de maneira pacífica em defesa dos direitos humanos, e foi presa por isso.
- Pedir que ele liberte Me Nâm imediata e incondicionalmente.

A carta pode ser enviada para:

Prime Minister

Nguyen Xuan Phuc

A/C Anistia Internacional Brasil

Caixa Postal 16951

Rio de Janeiro, RJ

Forma de Tratamento: Exmo. Sr. Primeiro Ministro

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **9.3 ENTRE EM AÇÃO
POR ME NÂM**

3. Incentive a turma a demonstrar solidariedade com Me Nâm.

Você pode dar à turma as seguintes orientações para ajudar a escrever as cartas de solidariedade:

- Pensar em algo que Me Nâm gostaria de ouvir neste momento difícil
- Expressar solidariedade, admiração ou qualquer outro sentimento que tenham em relação a ela

Escreva sua mensagem de solidariedade e apoio à mãe de Me Nâm, para que ela possa compartilhá-la com sua filha quando for visitá-la na prisão. Nas mídias sociais, use a hashtag #FreeMeNam #W4R18 #escrevapordireitos

A carta pode ser enviada para:
Nguyen Thi Tuyet Lan
A/C Anistia Internacional Brasil
Caixa Postal 16951
Rio de Janeiro, RJ

Se preferir, você pode optar por usar os modelos disponíveis no KIT Escrever Cartas 2018 para Escrever Cartas 2018.



FOLHETO**DIREITOS RELACIONADOS
A UM JULGAMENTO JUSTO****JULGAMENTO JUSTO – UM DIREITO HUMANO ESSENCIAL**

Todo governo tem o dever de levar a julgamento os responsáveis por crimes.

No entanto, quando as pessoas são submetidas a julgamentos injustos, a justiça não está sendo cumprida. Quando as pessoas são torturadas ou maltratadas por agentes da lei, quando pessoas inocentes são condenadas ou quando os julgamentos são manifestamente injustos, o próprio sistema de justiça perde credibilidade. Se os direitos humanos não forem preservados dentro da delegacia, do centro de detenção, do tribunal e dentro da cela da prisão, o governo não estará cumprindo com seus deveres e responsabilidades.

DIREITOS ANTES DO INÍCIO DO JULGAMENTO

Um julgamento penal é justo somente quando os direitos da pessoa acusada são respeitados durante todo o processo. Devem ser garantidos a todas as pessoas os seguintes direitos antes do início do julgamento: liberdade até o julgamento (salvo algumas exceções); direito das pessoas sob custódia à informação; direito à assistência de um advogado antes do julgamento; direito de ter contato com o mundo exterior; direito de comparecer imediatamente perante um juiz; direito de contestar a legalidade da detenção; e o direito de julgamento em um prazo razoável.

DIREITOS DURANTE O JULGAMENTO

Estes são os direitos que devem ser garantidos a todos e todas durante um processo de julgamento :

- Direito à igualdade perante a lei e os tribunais
- Direito a julgamento por um tribunal competente, independente e imparcial estabelecido por lei
- Direito a uma audiência justa
- Direito a uma audiência pública
- Direito à presunção de inocência
- Direito de não ser obrigado a testemunhar ou autoincriminar
- Exclusão de evidência obtida por meio de tortura ou compulsão
- Proibição de aplicação de leis com efeito retroativo e risco duplo
- Direito a um julgamento sem atrasos injustificados
- Direito à defesa
- Direito de estar presente no julgamento
- Direito de convocar e inquirir testemunhas
- Julgamento justo durante estado de emergência e conflito armado
- Direito a um intérprete e a tradução
- Direito a um julgamento público e fundamentado em um prazo razoável
- Direito de não ser sujeito a punição ilegal
- Direito de recurso

Adapted from Amnesty International's "The right to a fair trial", AI index: POL 30/001/2002

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **FOLHETO****JULGAMENTO JUSTO****CASO 1****ME NÂM**

Nguyen Ngoc Nhe Quynh sempre lutou contra a injustiça. Conhecida online como Me Nâm, ou “Mother Mushroom” (Mãe Cogumelo) em referência ao apelido que deu a sua primeira filha, é uma das blogueiras mais influentes do Vietnã, país onde a dissidência é frequentemente considerada crime. Foi constantemente assediada só por ter se manifestado em favor dos direitos humanos e da verdade.

No Facebook, Me Nâm compartilhou artigos e pressionou o governo fazendo críticas à violência policial e às questões ambientais, como o vazamento de material tóxico industrial que matou milhares de peixes. Também foi co-fundadora de uma rede independente de mais de 1.000 blogueiros para ajudar a ampliar a voz dos ativistas.

Em junho de 2017, foi condenada a 10 anos de prisão por “fazer propaganda” contra o Estado. As frágeis provas contra ela a incriminavam de participação em protestos públicos, produção de um relatório sobre a morte de pessoas sob custódia da polícia e por ter livros de poesia consideradas críticas do Estado. Como a mãe dela diz: “Minha filha fez uma coisa normal em uma sociedade anormal”.

Sua saúde tem se deteriorado de maneira preocupante e ela fez greves de fome em protesto contra as condições extremas da prisão. A dura sentença que recebeu faz parte de uma tentativa mais ampla de silenciar as pessoas que se manifestam em seu país.

Escala: Foi justo ou injusto o tratamento dado a ela?

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **FOLHETO****JULGAMENTO JUSTO****CASO 2****ATENA DAEMI**

Como tantas outras pessoas, Atena Daemi sonha com o fim da pena de morte no Irã. Fez postagens no Facebook e no Twitter criticando o histórico de execução do país. Distribuiu panfletos e participou de um protesto pacífico contra a execução de uma jovem. Ações simples que, infelizmente, no Irã, exigem muita coragem.

Inacreditavelmente, essas atividades foram citadas como “evidências” de sua atividade criminosa e com base nisso foi condenada a sete anos de prisão. Seu julgamento foi uma farsa – demorou apenas 15 minutos para que fosse condenada por acusações forjadas, como “reunião e conspiração para o cometimento de crimes contra a segurança nacional”.

Esse tratamento cruel é mais um triste exemplo da intensa repressão contra as pessoas que se manifestam por um Irã mais justo. Dezenas foram presas e muitas têm sido vigiadas ou vêm enfrentado interrogatórios e processos judiciais prolongados como forma de obrigá-las a se calarem.

Atena já sofreu muito. Foi espancada, atacada com spray de pimenta e forçada a ficar em confinamento solitário, mas continua lutando pelos direitos humanos. No início deste ano, fez greve de fome em protesto contra a sua transferência para uma prisão conhecida pelas péssimas condições. Sua saúde se deteriorou de forma alarmante na prisão. Ela tem de ser libertada imediatamente.

Escala: Foi justo ou injusto o tratamento dado a ela?



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **FOLHETO****JULGAMENTO JUSTO****CASO 3****CARLOS RODRIGUEZ (CASO FICTÍCIO)**

Carlos Rodriguez foi acusado de homicídio em 4 de janeiro de 2006. Compareceu perante o juiz dois dias depois. Não teve permissão para escolher seu próprio advogado, mas o tribunal nomeou um advogado para defendê-lo.

Era o primeiro caso de assassinato que esse advogado iria assumir. Embora tenha tentado reunir algumas provas em favor de Carlos, o advogado não conseguiu levantar questões cruciais que teriam ajudado no caso. No tribunal, a polícia foi capaz de apresentar várias provas que vinha reunindo contra Carlos há alguns meses antes de de sua prisão.

Carlos foi considerado culpado e condenado à morte.

Escala: Foi justo ou injusto o tratamento dado a ele?



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **FOLHETO****JULGAMENTO JUSTO****CASE 4****SALIM AHMED (CASO FICTÍCIO)**

Salim Ahmed foi detido e preso em 9 de dezembro de 2003. Em 6 de setembro de 2005, os guardas da prisão informaram a Salim que ele deveria comparecer em juízo pela acusação de ter roubado seu empregador em 3 de dezembro de 2003.

Ele foi autorizado a usar o telefone e pôde contatar sua esposa e contratar um advogado. No tribunal, o júri ouviu os depoimentos de ambos os lados. Salim conseguiu contratar um advogado que apresentou uma certidão de casamento, recibos de compra de passagens aéreas e o passaporte de Salim como documentação comprobatória da afirmação de seu cliente de que, em 3 de dezembro de 2003, ele estava de fato em lua de mel em outro país. O tribunal considerou Salim “inocente”.

Escala: Foi justo ou injusto o tratamento dado a ele?



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

10. GULZAR DUISHENOVA E O DIREITO À NÃO DISCRIMINAÇÃO

A unidade **Direito à Não Discriminação** apresenta três possibilidades de atividades: “Aquecimento: Três Verdades e uma Mentira”, “Atividade: Um Passo à Frente, Um Passo Atrás” e “Entre em Ação por Gulzar DuisheNova”. Dependendo do tempo disponível e da necessidade da turma, os professores podem optar por usar o Aquecimento ou a Atividade, ou ambos, antes de estimular a turma para a atividade final “Entre em Ação por Gulzar DuisheNova”.

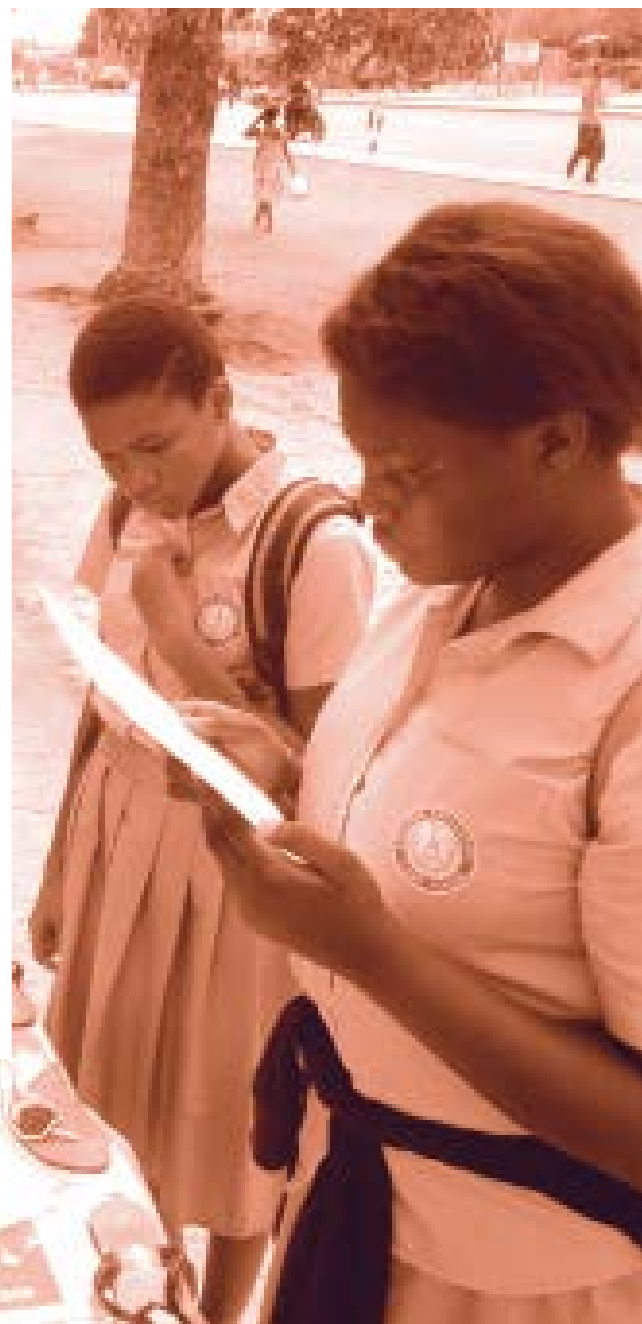
10.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O DIREITO À NÃO DISCRIMINAÇÃO

A discriminação atinge em cheio o significado de ser humano. É tratar alguém de forma diferente simplesmente por causa de quem essa pessoa é ou do que ela acredita, da sua raça, etnia, cor da pele, nacionalidade, classe, casta, religião, crença, sexo, língua, orientação sexual, identidade de gênero, idade, condição de saúde ou outra situação. No centro de todas as formas de discriminação está o preconceito baseado em conceitos de identidade e a necessidade de se identificar com um determinado grupo. A discriminação pode levar à ignorância e até ao ódio.

Quando uma pessoa é confrontada com esses abusos, sua dignidade humana é negada. Além disso, talvez não possa usufruir de outros direitos, como o direito ao trabalho, receber cuidados médicos, estudar, construir uma família ou ter uma vida digna.

Às vezes as pessoas são discriminadas claramente pelo fato de quem são e o que são. Por exemplo, quando a polícia se recusa a dar proteção a ativistas LGBTI durante manifestações públicas. Às vezes, isso acontece de forma indireta e sem qualquer intenção. Por exemplo, quando um empregador pede alto nível de proficiência num determinado idioma, e quando as tarefas relacionadas com aquela função na realidade não requerem essa habilidade.

Na prática, as pessoas podem vivenciar o que se conhece por discriminação “múltipla” ou “interseccional”. Isso ocorre quando as pessoas são enquadradas simultaneamente em duas ou mais





categorias de pessoa discriminada. Por exemplo, uma mulher com deficiência pode sofrer discriminação por gênero e discriminação por deficiência ao mesmo tempo. A discriminação múltipla resulta com frequência em formas únicas de discriminação. Ela afeta em especial alguns dos cidadãos e cidadãs mais vulneráveis da sociedade, os que estão presos nos ciclos tradicionalmente severos de exclusão e pobreza. Nesse contexto, diferentes formas de discriminação se interseccionam e se sobrepõem, podendo intensificar seu impacto na experiência daquelas pessoas.

Alguns governos exacerbam seu poder e o status quo justificando abertamente a discriminação em nome da “moralidade”, religião ou ideologia. Além disso, essa discriminação pode ser consolidada pela legislação nacional – como, por exemplo, restringir a liberdade das mulheres – apesar de violar a lei internacional. Certos grupos podem até ser vistos pelas autoridades como mais propensos a serem criminosos simplesmente por serem quem são, como por exemplo por ser pobre, indígena ou negro.

O direito à não discriminação é reconhecido na DUDH, Artigo 2. Ele declara que “todos os seres humanos podem invocar os direitos e liberdades sem nenhuma distinção”, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, origem nacional ou étnica, língua, religião, sexualidade, gênero, situação econômica, afiliação política, capacidade, idade ou qualquer outra situação. O termo “outra situação” inclui orientação sexual, identidade de gênero, estado civil, e status de prisioneiro.

Os Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ambos juridicamente vinculantes, proíbem a discriminação. Outros instrumentos vinculativos da ONU concedem proteção adicional contra a discriminação contra grupos específicos ou por motivos específicos: a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD, na sigla em inglês) e as Convenções sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD).

10.2 ATIVIDADES SOBRE O DIREITO À NÃO DISCRIMINAÇÃO

RESULTADOS DO APRENDIZADOS

A turma será capaz de:

Reconhecer como fazemos suposições sobre as pessoas

Desenvolver um senso de solidariedade com as vítimas de discriminação

Escrever uma carta (ou cartas) em apoio a Gulzar Duishenova

ETAPAS DAS ATIVIDADES

Aquecimento: Três Verdades e uma Mentira **25 MINUTOS**

Atividade: Um Passo à Frente, Um Passo Atrás **45 MINUTOS**

Entre em Ação por Gulzar Duishenova **20 MINUTOS**

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **AQUECIMENTO****TRÊS VERDADES E UMA MENTIRA****TEMPO**

🕒 25 MINUTOS

MATERIAL

Folhas de papel em branco

Caneta

Papelógrafo

PREPARAÇÃO

Distribua uma folha de papel e uma caneta para cada estudante.

PLANO DE AULA

1. Dê a cada estudante uma folha de papel em branco e peça-lhes que escrevam o nome e quatro informações sobre eles mesmos: três verdadeiras e uma falsa. Por exemplo, “Janaína gosta de cantar, adora sorvete, joga futebol e vôlei”. **3 MINUTOS**
2. A turma circula pela sala, cada um com sua folha de papel. Aos pares, vão ler as quatro informações um para um ou uma colega e tentar adivinhar qual dos “fatos” é uma mentira. Depois, devem formar um novo par e repetir a troca de informação. **5 MINUTOS**
3. Na terceira vez, peça à turma que encontre um último parceiro com quem, em vez de compartilhar seus “fatos”, vão discutir as seguintes questões:
 - a. Foi fácil encontrar o que era mentira?
 - b. Como você fez para ir identificando ou adivinhando qual informação era fato e qual era mentira?
 - c. Você fez suposições sobre a pessoa? Que tipo de suposições?
 - d. Suas suposições estavam sempre corretas? **5 MINUTOS**
4. Reagrupe a turma e peça que compartilhem o que discutiram em pares. Escreva no papelógrafo as suposições que a turma fez mutuamente para identificar o que era fato ou mentira. **5 MINUTOS**
5. Faça uma reflexão com a turma sobre os aspectos a seguir, discutindo se as suposições que fazemos sobre as pessoas estão sempre corretas:
 - a. Como as pessoas costumam fazer suposições sobre os outros com base apenas no que veem, como o sexo de uma pessoa, a cor da pele, a religião, de onde vêm ou se têm alguma deficiência
 - b. Muitas vezes, as suposições sobre certos grupos têm origem naquilo que nos é passado ou ouvimos da mídia, família e de amigos.
 - c. É importante reconhecer que, frequentemente, fazemos suposições sobre as pessoas baseadas em estereótipos e preconceitos que nos são passados, que muitas vezes podem ser inconscientes.
 - d. É difícil conhecer as pessoas apenas olhando para elas ou associando-as a um grupo. **7 MINUTOS**

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL 

ATIVIDADE

UM PASSO À FRENTE, UM PASSO ATRÁS

TEMPO

 45 MINUTOS

MATERIAL

Sala com espaço suficiente para dispor a turma em linha reta

Lista de afirmações

Folheto: **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Gulzar Duishenova (veja Anexo)**

Folheto: **versão simplificada da DUDH (veja Anexo)**

Folheto: **Decifrando a Discriminação**

Opcional: **Projektor**

Opcional: **Fita adesiva**

PREPARAÇÃO

Preparar afirmações adicionais

Imprima cópias do folheto de Gulzar Duishenova. Opcional: Use a fita adesiva para marcar uma linha reta no chão

Opcional: **configure o projetor**

PLANO DE AULA

1. Peça a turma para se colocarem lado a lado em linha reta.

2 MINUTOS

2. Diga-lhes que você vai ler uma afirmação e eles terão que dar um passo à frente ou um passo atrás conforme indicado.

a. Todos e todas cujos quatro avós ainda estão vivos – um passo à frente

b. Todas as alunas – um passo à frente

c. Todos e todas com olhos castanhos – um passo à frente

d. Todos e todas alunos que não nasceram no estado em que moram – um passo atrás

e. Todos e todas com dois irmãos ou mais – um passo atrás

f. Todos e todas... (você pode adicionar/usar perguntas mais adaptadas a sua turma)

8 MINUTOS

3. Depois de ler todas as afirmações, a turma toda verá que está distribuída de forma desigual em relação à linha reta original – atrás ou à frente. Diga à turma que você fez este exercício para decidir quem ficará isento dos deveres de casa no próximo mês (ou conceda outra “vantagem” ou “recompensa” significativa). As três ou cinco pessoas que ficaram à frente não terão de fazer nenhum dever de casa na próxima semana. Aguarde a reação da turma.

3 MINUTOS

4. Sobre a turma:

a. Pergunte aos que não foram “recompensados”: como se sentem?

b. Pergunte aos que foram privilegiados: como se sentem?

c. Pergunte a todos e todas se acham que esse tratamento desigual é justificado.

d. Pergunte se eles que isso pode acontecer na realidade com algumas pessoas. Peça que tragam alguns exemplos.

7 MINUTOS

5. Pergunte por que acham que fizemos esse exercício e o que isso significa. Explique que algumas pessoas são tratadas de forma diferente por causa de quem são e do que acreditam. Se ninguém mencionar o termo da discussão, explique que a discriminação pode ocorrer com base em características diferentes (física, intelectual, origem, orientação sexual, idade, etc.).

5 MINUTOS


ACTIVITY
IN AND OUT

6. Divida a turma em pequenos grupos. Distribua o folheto da CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS sobre Gulzar Duishenova, a versão simplificada da DUDH e o folheto Decifrando a Discriminação para cada grupo. Peça-lhes que leiam o texto sobre Gulzar e respondam às seguintes perguntas:

- a. Que desafios e emoções você acha que as mulheres com deficiência enfrentam e experimentam todos os dias?
- b. Quais são as suposições que se faz sobre pessoas com deficiência? Você acha que Gulzar e outras pessoas com deficiências são tratadas de forma justa?
- c. Se você estivesse no lugar de Gulzar, que tipo de tratamento você gostaria de receber?
- d. Que artigo da DUDH está diretamente relacionado à discriminação? Por quê?
- e. Quais outros direitos humanos são violados por causa das discriminações vivenciadas por Gulzar? De que maneira essa situação afeta a vida pessoal, profissional e social dela?
- f. O que significa interseccionalidade, e como isso afeta Gulzar? Você pode pensar em outros exemplos de interseccionalidade?

10 MINUTOS

7. Reúna a turma. Estimule uma discussão em sala de aula pedindo que compartilhem as respostas. Certifique-se de que a turma tenha entendido que a discriminação pode ser incorporada em práticas, políticas e instituições. Alguns grupos, como mulheres, negros, povos indígenas, pessoas com deficiência e outros têm maior probabilidade de serem discriminados e sofrerem discriminação sistemática (por exemplo, pessoas que ganham salário mais baixos com base no gênero, acesso ao trabalho, etc.).

10 MINUTOS

8. Conclua explicando que o Artigo 2 da DUDH reconhece que: “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.” (Projete o artigo na íntegra ou leia em voz alta devagar.) Explique que instrumentos complementares de direitos humanos protegem as pessoas contra a discriminação. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que trata especificamente das pessoas com deficiência, não foi ratificada pelo Parlamento do Quirguistão.

5 MINUTES

Mais informações sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [podem ser encontradas aqui:](#)

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **10.3 ENTRE EM AÇÃO****POR GULZAR DUISHENOVA****TEMPO**

🕒 20 MINUTOS

MATERIAL**Papel, caneta, envelope e selos
Projeto ou fotos impressas de Gulzar
Duishenova**Folheto: **Internet e computador**Opcional: **Internet e computador**Opcional: **Modelos de cartas do Kit para
Escrever Cartas****PREPARAÇÃO****Imprima cópias do folheto CAMPANHA
ESCREVA POR DIREITOS Gulzar
Duishenova****Configure o projetor ou imprima fotos de
Gulzar Duishenova****PLANO DE AULA**

1. Explique a turma que Gulzar Duishenova é corajosa. Em 2002, perdeu o movimento das pernas num acidente de carro. Mas ela nunca se deixou derrotar por isso. Assumiu como missão de vida garantir que as pessoas com deficiência possam viver com dignidade e se movimentar livremente. Mas todos os dias ela enfrenta discriminação numa sociedade onde falar em defesa de algo não é o papel de uma mulher e as pessoas com deficiência são vistas como “inválidas”.

2. Incentive a turma a escrever uma carta ao Presidente do Parlamento do Quirguistão para ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Você pode dar a turma as seguintes orientações para ajudá-los a escrever as cartas ao Presidente do Parlamento do Quirguistão:

- Escreva uma breve apresentação sobre si
- Diga que apoia Gulzar e outros ativistas que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência
- Diga que o Parlamento deve ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para ajudar a abordar a discriminação e ampliar o acesso à saúde, ao emprego e a acessibilidade em edifícios e no transporte.

A carta pode ser enviada para:

Presidente do Parlamento do Quirguistão

A/C Anistia Internacional Brasil

Caixa Postal 16951 – Rio de Janeiro, RJ

Saudação: Exmo. Sr. Presidente do Parlamento

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **10.3 ENTRE EM AÇÃO****POR GULZAR DUISHENOVA**

3. Incentive a turma a demonstrar solidariedade com Gulzar Duishenova.

Você pode dar a turma as seguintes orientações para ajudá-los a escrever as cartas de solidariedade:

- Pensar em algo que Gulzar gostaria de ouvir para que saiba que existem pessoas ao redor do mundo que estão ao seu lado
- Expressar solidariedade, admiração ou qualquer outro sentimento que tenham em relação a ela

A carta pode ser enviada para:

Gulzar Duishenova

A/C Anistia Internacional Brasil

Caixa Postal 16951 – Rio de Janeiro, RJ

Se preferir, você pode optar por usar os modelos disponíveis no Kit para Escrever Cartas 2018.



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **FOLHETO****DECIFRANDO A DISCRIMINAÇÃO****DISCRIMINAÇÃO**

A discriminação atinge em cheio o cerne do que significa ser humano. Significa tratar alguém de forma diferente simplesmente por causa de quem essa pessoa é ou do que ela acredita, da raça, etnia, nacionalidade, classe, casta, religião, crença, sexo, língua, orientação sexual, identidade de gênero, idade, condição de saúde ou outra situação. No centro de todas as formas de discriminação está o preconceito baseado em conceitos de identidade e a necessidade de se identificar com um determinado grupo. A discriminação pode levar à ignorância e até ao ódio.

INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade ocorre quando as pessoas são enquadradas simultaneamente em duas ou mais categorias de pessoa discriminada. Por exemplo, uma mulher com deficiência pode sofrer discriminação por gênero e discriminação por deficiência ao mesmo tempo. As discriminações que se interseccionam e se sobrepõem intensificam e diversificam a experiência de uma pessoa.

**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

11. NONHLE MBUTHUMA E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS À TERRA

A unidade sobre o **direito dos Povos Indígenas** contém três possibilidades de atividade: “Aquecimento: Pensando Juntos”, “Atividade: A experiência do despejo forçado” e “Entre em ação por de Nonhle Mhuthuma”. Dependendo do tempo disponível e da necessidade da turma, professores e facilitadores podem optar por usar o Aquecimento ou a Atividade, ou ambos, antes de estimular sua turma para a atividade final “Entre em Ação em Favor de Nonhle Mbuthuma”.

11.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS À TERRA

No mundo inteiro, existem mais de 5.000 povos indígenas diferentes que falam mais de 4.000 línguas. São povos com costumes e culturas diferentes, mas que constantemente compartilham algumas realidades muito difíceis: são retirados de suas terras, sua cultura é negada, são fisicamente atacados e tratados como cidadãos de segunda classe. Com frequência, os povos indígenas são marginalizados e discriminados pelo sistema legal do seus países, o que os coloca em situação de maior risco de violência e abuso.

As terras em que os povos indígenas vivem, muitas vezes ricas em recursos naturais, têm sido apropriadas, vendidas, arrendadas ou simplesmente saqueadas e poluídas por governos e empresas privadas. Inúmeras pessoas têm sido expulsas de suas terras através da adoção de políticas governamentais discriminatórias ou por meio de conflitos armados. Os povos indígenas com frequência compartilham um valor fundamental – a estreita relação entre a



**ESCREVA
POR
DIREITOS**

ANISTIA
INTERNACIONAL



identidade, seu modo de vida e sua terra. Eles funcionam como “guardiões” ou “zeladores” da terra para as futuras gerações. Perder essa relação pode significar a perda de identidade.

Os direitos territoriais dos Povos Indígenas estão reconhecidos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, na sigla em inglês). Eles têm o direito de “possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional ou de outra forma tradicional de ocupação ou de utilização, assim como aqueles que de outra forma tenham adquirido” (Artigo 26).

Alguns desses povos têm confrontado autoridades estatais e empresas poderosas que visam explorar seus territórios e lucrar em cima dos recursos naturais. DDDH indígenas que se manifestam em defesa de suas comunidades e suas terras sofrem intimidação, violência e são, inclusive, assassinados. Os esforços pacíficos dos povos indígenas para manter sua própria identidade cultural ou exercer controle sobre suas terras tradicionais e recursos naturais às vezes são rotulados de traição ou “terrorismo”.

No âmbito internacional, os povos indígenas conseguiram impor sua voz e têm pressionado os governos de forma efetiva. Como resultado, em 2007 a ONU adotou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Os governos têm de implementar leis e políticas que concretizem a Declaração, em especial sobre as seguintes questões:

- Garantir que os Povos Indígenas tenham voz ativa nas decisões que os afetam
- Assegurar que suas especificidades de identidades e culturais sejam mantidas
- Garantir-lhes o direito à não discriminação e a viver livre da ameaça de genocídio
- Garantir-lhes acesso seguro às terras e recursos essenciais ao seu bem-estar e modos de vida

11.2 ATIVIDADES SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS À TERRA

RESULTADOS DO APRENDIZADO

Estudantes serão capazes de::

Reconhecer as circunstâncias extremas em que as pessoas são despejadas de suas casas à força

Expressar solidariedade para com uma defensora dos direitos da terra e com pessoas que são retiradas à força de suas terras

Escrever uma carta (ou cartas) em apoio a Nonhle Mbuthuma

ETAPAS DAS ATIVIDADES

Aquecimento: Pensando Juntos

15 MINUTOS

Atividade: A experiência do despejo forçado

55 MINUTOS

Entre em ação por Mbuthuma Nonhle

20 MINUTOS

Gostaria de aprofundar essa questão de direitos humanos com seus alunos? A Anistia Internacional disponibiliza um curso on-line de 20 minutos intitulado “Direitos dos Povos Indígenas à Terra”. Acesse o curso aqui:

Disponível em inglês, espanhol, francês e árabe. Acesse amnesty.org.

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

AMNISTIA
INTERNACIONAL 

AQUECIMENTO

PENSANDO JUNTOS

TEMPO

 15 MINUTOS

MATERIAL

Opcional: **Folha de papel**
Caneta

PREPARAÇÃO

Opcional: **Entregue uma folha de papel e caneta a cada estudante**

PLANO DE AULA

1. Exponha à turma o seguinte cenário: vocês têm que desocupar sua casa e ir embora naquela mesma noite, por motivos sobre os quais não têm controle. Terão dois minutos para escolher cinco coisas que podem levar vocês e que caibam dentro de uma mochila. O que escolheriam para levar? As respostas podem ser escritas na folha de papel. **1 MINUTO**
2. Deixe que pensem a respeito do cenário e o que eles levariam com eles. Podem tomar nota, se quiserem. **2 MINUTOS**
3. Peça à turma que compartilhem suas respostas com algum/a colega. Peça-lhes para discutir: do que eles sentiriam mais falta? Por que? **2 MINUTOS**
4. Em plenária, peça à turma que compartilhe as respostas com o conjunto da turma. **5 MINUTOS**
5. Peça à turma que compartilhe se pensaram nos objetos e pertences, ou pessoas, lugares e comunidades que iam perder. Por quê? Explique que no mundo todo, muitas pessoas são despejadas de suas casas. **5 MINUTOS**



ATIVIDADE**A EXPERIÊNCIA DO
DESPEJO FORÇADO****ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **ATIVIDADES**

🕒 55 MINUTOS

MATERIAL

Lousa e giz

Folheto: **CAMPANHA ESCREVA POR
DIREITOS** Nonhle Mbuthuma (veja Anexo)**PLANO DE AULA**

1. Diga à turma que vão usar a imaginação nessa primeira atividade. Peça-lhes que fechem os olhos e, em seguida, estimule a imaginação deles com as seguintes perguntas, mas dê-lhes tempo suficiente para refletir sobre cada uma:
 - a. Imagine onde você mora, a sua comunidade. Como ela é? Qual é o cheiro característico do lugar? Que sons você ouve?
 - b. Quem mora no seu bairro? Imagine a sua família. Pense na família que mora na casa ou apartamento vizinho à sua casa. Agora pense nos seus outros vizinhos.
 - c. O que você gosta de fazer no seu bairro? Pense em algumas de suas atividades favoritas. Quais são as suas melhores lembranças de lá?
 - d. Peça-lhes para abrir os olhos e que fiquem com aquelas imagens, sensações e lembranças na mente. **10 MINUTOS**

2. Agora, explique a seguinte situação: uma empresa entrou em acordo com o governo e gostaria de ficar com o terreno todo da sua comunidade. Encontraram algo muito valioso no subsolo da sua casa e da casa dos seus vizinhos! Eles vão pagar uma indenização, mas você tem de ir embora da sua casa e da comunidade. E você não vai poder retornar – vão derrubar as casas.
 - a. Peça que levantem as mãos para responder às perguntas: Quem aceitaria a oferta? Quem não aceitaria isso? Discuta por que ou por que não.
 - b. Peça a quem recusou a oferta para levantar a mão novamente. Diga-lhes que, na verdade, eles não têm escolha. Eles simplesmente têm de desocupar as casas e o governo está de acordo com isso.
 - c. Pergunte a esses alunos: como se sentem diante disso? O que fariam em reação a isso? Eles aceitariam isso? Resistiriam a ser despejados das próprias casas e da comunidade? Por que? Pergunte a quem disse que aceitaria a oferta: que acham dessa situação? Isso é justo? **10 MINUTOS**

3. Explique à turma que isso acontece realmente com muitas pessoas do mundo inteiro – especialmente com os povos indígenas. Chama-se “despejo forçado” ou “remoção forçada” e é algo que

ATIVIDADE**A EXPERIÊNCIA DO
DESPEJO FORÇADO****ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL 

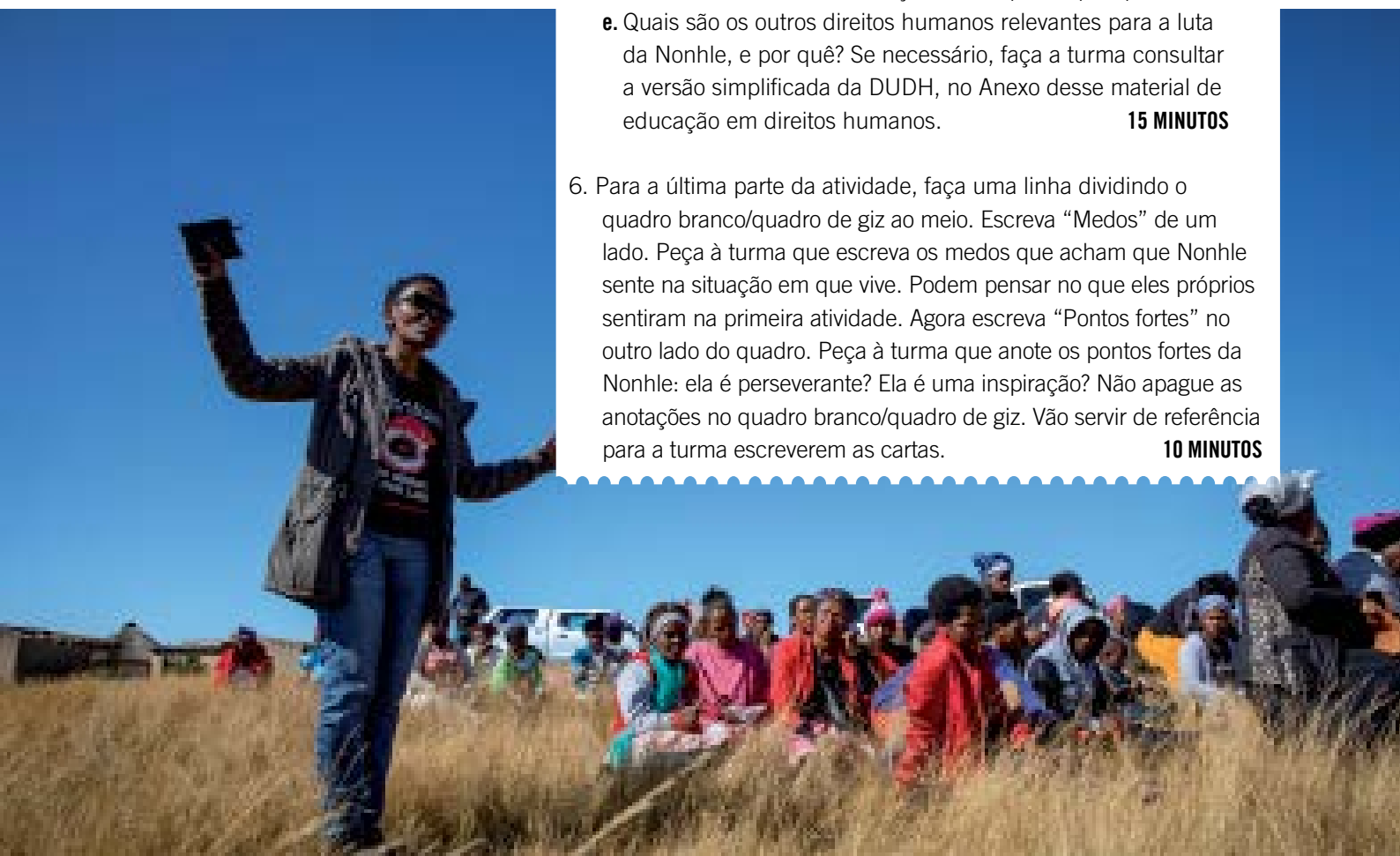
indústria de mineração faz com muita frequência. Compartilhe algumas informações sobre os povos indígenas a partir das informações gerais fornecidas acima. **5 MINUTOS**

4. Agora, apresente-os a uma pessoa real que luta pelo direito à terra e contra o despejo forçado: Nonhle Mbuthuma. Você pode ler a história dela em voz alta a partir do folheto ou usar um projetor para que a turma possa acompanhar a leitura. **5 MINUTOS**

5. Inicie uma discussão com a turma. Você pode perguntar:

- a. Por que Nonhle está resistindo à mineração na área onde ela mora? O que a preocupa?
- b. Qual é a compreensão de Nonhle sobre a relação dela com a terra?
- c. É surpresa para você o fato de uma empresa ter o poder de remover uma comunidade inteira? Por que ou por que não?
- d. É surpresa para você o fato de que Nonhle está sendo intimidada e sua vida ameaçada? Por que ou por que não?
- e. Quais são os outros direitos humanos relevantes para a luta da Nonhle, e por quê? Se necessário, faça a turma consultar a versão simplificada da DUDH, no Anexo desse material de educação em direitos humanos. **15 MINUTOS**

6. Para a última parte da atividade, faça uma linha dividindo o quadro branco/quadro de giz ao meio. Escreva “Medos” de um lado. Peça à turma que escreva os medos que acham que Nonhle sente na situação em que vive. Podem pensar no que eles próprios sentiram na primeira atividade. Agora escreva “Pontos fortes” no outro lado do quadro. Peça à turma que anote os pontos fortes da Nonhle: ela é perseverante? Ela é uma inspiração? Não apague as anotações no quadro branco/quadro de giz. Vão servir de referência para a turma escreverem as cartas. **10 MINUTOS**



**ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **11.3 ENTRE EM AÇÃO****EM FAVOR DE NONHLE****MBUTHUMA****TEMPO**

🕒 20 MINUTOS

MATERIAL

Papel, caneta, envelope e selos
Projektor ou fotos impressas da Nonhle Mbuthuma

Folheto: **CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Nonhle Mbuthuma (veja Anexo)**

Opcional: **Internet e computador**

Opcional: **Modelos de carta do Kit para Escrever Cartas**

PREPARAÇÃO

Imprima cópias do folheto CAMPANHA ESCREVA POR DIREITOS Nonhle Mbuthuma

Configure o projetor ou imprima fotos do Nonhle Mbuthuma

PLANO DE AULA

1. Conte à turma que Nonhle Mbuthuma lidera a luta contra uma empresa de mineração que quer explorar titânio nas terras ancestrais da sua comunidade. Ela está sendo intimidada, ameaçada e até sobreviveu a uma tentativa de morte. Alguém está tentando silenciá-la, mas ela não vai recuar: “Se você tirar a minha terra de mim, você vai tirar a minha identidade.”
2. Incentive a turma a escrever para o Presidente da África do Sul e exigir que ele proteja Nonhle e investigue imediatamente as intimidações e assédios que ela tem sofrido.

Você pode dar à turma as seguintes orientações para ajudá-los a escrever as cartas ao presidente da África do Sul:

- Escrevam uma breve apresentação pessoal
- mencionem o que os chocou ao ler a história de Nonhle. Por exemplo, que Nonhle luta em defesa de sua comunidade e de sua terra ancestral
- Peçam que ele use seu poder para tomar medidas que protejam Nonhle Mbuthuma e investigue o assédio e a intimidação que ela vem sofrendo hoje.

A carta pode ser enviada para:

Presidente da República da África do Sul

A/C Anistia Internacional Brasil

Caixa Postal 16951

Rio de Janeiro, RJ

Email: presidentrsa@presidency.gov.za

Twitter: @PresidencyZA

Saudação: Exmo. Sr. Presidente

11.3 TAKE ACTION

FOR NONHLE MBUTHUMA

ESCREVA
POR
DIREITOS

ANISTIA
INTERNACIONAL



3. Incentive a turma a demonstrar solidariedade com Nonhle Mbuthuma.

Você pode dar à turma as seguintes orientações para a escrita das cartas de solidariedade:

- Pensar em algo que Nonhle gostaria de ouvir neste momento difícil
- Expressar solidariedade, admiração ou qualquer outro sentimento que tenham em relação a ela
- Incentivá-la a continuar na luta contra a empresa de mineração

A carta pode ser enviada para:

Nonhle Mbuthuma

A/C Anistia Internacional Brasil

Caixa Postal 16951

Rio de Janeiro, RJ

Se preferir, você pode usar os modelos disponíveis no Kit para Escrever Cartas 2018.



**ESCREVA
POR
DIREITOS****ANISTIA
INTERNACIONAL** **12. ANEXO 1****SOBRE A ANISTIA INTERNACIONAL**

A Anistia Internacional (AI) é um movimento global de mais de 7 milhões de membros e apoiadores em mais de 150 países. Somos um movimento de pessoas do mundo inteiro que, como você, se preocupam com os direitos humanos e encaram a injustiça como uma questão pessoal. Junto com seus apoiadores, a Anistia Internacional trabalha para garantir que os governos em todo o mundo respeitem, protejam e cumpram todos os direitos humanos.

Nosso trabalho busca proteger e empoderar as pessoas em temas que vão desde a abolição da pena de morte, o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate à discriminação até à defesa dos direitos de pessoas refugiadas e migrantes. Ajudamos a levar torturadores aos tribunais e a mudar leis opressivas. Demandamos a libertação de pessoas que foram presas apenas por expressarem sua opinião, falamos abertamente em nome de toda e qualquer pessoa cujos direitos humanos estejam ameaçados.

A Anistia Internacional faz isso de diferentes maneiras. Quando há ocorrência de abuso dos direitos humanos, investigamos e expomos os fatos. Pressionamos governos e outros grupos poderosos, como as empresas, garantindo que cumpram seus compromissos e respeitem os direitos humanos. Contando a história pungente das pessoas com as quais trabalhamos, mobilizamos milhões de apoiadores no mundo todo para que façam campanha por mudanças e se solidarizem com ativistas que estão na linha de frente das lutas. Apoiamos as pessoas a reivindicarem seus direitos através de ações de educação e treinamento. Trabalhar com educadores e jovens é fundamental para que a Anistia Internacional cumpra sua missão.



12. ANEXO 2**FOLHETOS****ESCREVA POR DIREITOS 2018****Nawal Benaissa, Marrocos****LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

Nawal Benaissa está preparada para lutar pelo que acredita. É por isso que ela defende a justiça social e exige melhorias no serviço de saúde na sua região, o Rife, onde muitas pessoas se sentem abandonadas pelo governo. Como uma das principais vozes do movimento de base Hirak, ela tem participado em protestos pacíficos e usado as mídias sociais para fazer campanha por mudanças.



Em toda sua trajetória, tem sido assediada pelas autoridades marroquinas que tentam silenciá-la. Em apenas quatro meses foi presa e mantida sob custódia quatro vezes e obrigada a excluir seu perfil no Facebook, que tinha mais de 80 mil seguidores.

Finalmente, em fevereiro de 2018, recebeu uma pena de 10 meses de sentença suspensa (liberdade vigiada) e multa por “incitação ao crime”. Nawal está recorrendo da sentença, mas a intimidação continua e teve que se mudar para outra cidade para escapar da constante vigilância.

O tratamento dado a Nawal é parte de uma grande ação de repressão ao movimento Hirak e suas lideranças.

Forças de segurança marroquinas prenderam centenas de manifestantes pacíficos e alguns foram presos apenas por terem expressado seu apoio no Facebook.

Para Nawal, a solução é simples. Ela quer ser completamente livre para lutar por um futuro melhor para sua comunidade e seus filhos.

12. ANEXO 2**FOLHETOS****ESCREVA POR DIREITOS 2018****MARIELLE FRANCO, BRASIL****DIREITO À VIDA**

Vereadora popular, cresceu nas favelas e sempre defendeu os direitos das mulheres negras, das pessoas LGBTI e dos jovens. Também condenava as execuções extrajudiciais cometidas pela polícia. “Ela estava na linha de frente, enfrentando tudo de frente”, diz seu pai Antônio.

Porém, em 14 de março de 2018, Marielle foi morta a tiros dentro de seu carro, junto com seu motorista Anderson Pedro Gomes. As evidências sugerem que o assassinato teria sido cometido por profissionais experientes e especialistas informaram que as balas seriam de propriedade da Polícia Federal brasileira.

O Brasil é um dos países do mundo onde mais se matam defensores de direitos humanos como Marielle, com pelo menos 70 mortes registradas em 2017. Inúmeras vezes, os assassinatos não são investigados e os responsáveis ficam livres. As pessoas que defendem os direitos humanos vivem, muitas vezes, em situação de risco e sob ameaças.

Marielle Franco lutava sem medo por um Rio de Janeiro mais justo. Ela sempre esteve ao lado de mulheres negras, pessoas LGBTI e da juventude, e condenava as execuções extrajudiciais cometidas por policiais. Mas ela foi silenciada, morta a tiros dentro de seu carro. O ocorrido reflete um padrão no Brasil, onde pelo menos 70 defensoras e defensores de direitos humanos foram mortos em 2017. As pessoas que defendem direitos humanos vivem, muitas vezes, em situação de risco e sob ameaças.



12. ANEXO 2**FOLHETOS****ESCREVA POR DIREITOS 2018****ATENA DAEMI, IRÃ****PROIBIÇÃO DA TORTURA
E DO TRATAMENTO DESUMANO**

Como tantas outras pessoas, Atena Daemi sonha com o fim da pena de morte no Irã. Fez postagens no Facebook e no Twitter criticando o histórico de execuções no país. Distribuiu panfletos e participou de um protesto pacífico contra a execução de uma jovem. Ações simples que, infelizmente, no Irã, exigem muita coragem.

Inacreditavelmente, essas atividades foram citadas como “evidências” de sua atividade criminosa e com base nisso foi condenada a sete anos de prisão. Seu julgamento foi uma farsa – demorou apenas 15 minutos para que fosse condenada por acusações forjadas, como “reunião e conspiração para o cometimento de crimes contra a segurança nacional”.

Esse tratamento cruel é mais um triste exemplo da intensa repressão às pessoas que se manifestam por um Irã mais justo. Dezenas foram presas e muitas têm sido vigiadas ou vêm enfrentado interrogatório e processos judiciais prolongados como forma de obrigá-las a se calarem.

Atena já sofreu muito. Foi espancada, atacada com spray de pimenta e forçada a ficar em confinamento solitário, mas continua lutando pelos direitos humanos. No início deste ano, fez greve de fome em protesto contra sua transferência para uma prisão famosa pelas más condições que oferece. Sua saúde se deteriorou de forma alarmante na prisão.



12. ANEXO 2**FOLHETOS****ESCREVA POR DIREITOS 2018****ME NÂM (MOTHER MUSHROOM), VIETNAM****DIREITO A UM
JULGAMENTO JUSTO**

Nguyen Ngoc Nhur Quynh sempre lutou contra a injustiça. Conhecida nos meios digitais como Me Nâm, ou “Mother Mushroom” (Mãe Cogumelo), em referência ao apelido que deu à sua primeira filha, é uma das blogueiras mais influentes do Vietnã, país onde a dissidência é frequentemente considerada crime. Foi constantemente assediada só por ter se manifestado em favor dos direitos humanos e da verdade.

No Facebook, Me Nâm repostou artigos e pressionou o governo fazendo críticas à violência policial e às questões ambientais, como o vazamento de substância tóxica industrial que matou milhares de peixes. Também ajudou a fundar uma rede independente de mais de 1.000 blogueiros para ajudar a ampliar a voz dos ativistas.

Em junho de 2017, foi condenada a 10 anos de prisão por “fazer propaganda” contra o Estado. As frágeis provas contra ela a incriminavam de participação em protestos públicos, produção de um relatório sobre a morte de pessoas sob custódia da polícia e por ter livros de poesia consideradas críticas ao Estado. Como a mãe dela diz: “Minha filha fez uma coisa normal em uma sociedade anormal.”

Sua saúde tem se deteriorado de maneira preocupante e ela fez greves de fome em protesto às condições extremas da prisão. A dura sentença que recebeu faz parte de uma tentativa mais ampla de silenciar as pessoas que se manifestam em seu país.

12. ANEXO 2**FOLHETOS****ESCREVA POR DIREITOS 2018****GULZAR DIUSHENOVA, QUIRGUISTÃO****DIREITO À NÃO DISCRIMINAÇÃO**

Gulzar Duishenova é uma guerreira. Em 2002, perdeu os movimentos das pernas num acidente de carro envolvendo um motorista alcoolizado. No ano seguinte, seu marido morreu repentinamente e ela se tornou a única responsável pelo cuidado de seus dois filhos pequenos. Mas Gulzar nunca se deixou abater por isso.

Anos mais tarde, conheceu outras pessoas que vivem com deficiências e que estavam se organizando em Bisqueque, a capital do país. Ela percebeu que enfrentavam problemas comuns, inclusive a dificuldade para conseguir emprego, porque os locais de trabalho não são adaptados para cadeiras de rodas. Outra dificuldade era a dependência de outras pessoas para colocá-los nos ônibus – uma experiência constrangedora e desagradável.

Assumi como missão de vida garantir que as pessoas com deficiência possam viver com dignidade e se movimentar livremente. Reuniu-se com autoridades, organizou treinamento para motoristas de ônibus e promoveu ações nas mídias sociais.

Mas continua enfrentando barreiras. Para sair de casa, ela precisa de ajuda para descer as escadas e chegar até à rua. Como a rua é acidentada e está cheia de buracos, não consegue empurrar a cadeira de rodas sozinha. Todos os dias, ela enfrenta discriminação numa sociedade onde falar em defesa de algo não é o papel de uma mulher e as pessoas com deficiência são vistas como “inválidas” que têm uma doença incurável.



12. ANEXO 2**FOLHETOS****ESCREVA POR DIREITOS 2018****NONHLE MBUTHUMA, ÁFRICA DO SUL****DIREITOS DOS POVOS
INDÍGENAS À TERRA**

Nonhle Mbuthuma não vai recuar. É a líder da luta contra uma empresa de mineração que quer explorar titânio nas terras ancestrais da sua comunidade. “Se você tirar a minha terra de mim, você vai tirar a minha identidade”, ela diz, mas sofre intimidação apenas porque defende seus direitos.

Nonhle faz parte da comunidade tradicional Amadiba, um povo indígena de Eastern Cape, Província do Cabo, África do Sul, que faz uso coletivo da terra onde vive. Cerca de 5 mil pessoas podem ser despejadas à força se a empresa mineradora for autorizada a fazer prospecção em suas terras. Eles poderão perder suas casas, seus meios de subsistência e todo um modo de vida.

Nonhle fundou o Comitê de Crise de Amadiba para unir a população de cinco aldeias e evitar essa autorização. Desde então, vem sendo intimidada, ameaçada e até conseguiu sobreviver a uma tentativa de morte. Já um outro líder comunitário foi morto a tiros em 2016. Nonhle seria “a próxima da lista”. Ela acredita que as ameaças são uma tentativa de silenciá-la e forçá-la a fugir da sua terra.

Mas Nonhle está determinada a resistir. Como ela diz: “Esta terra era da minha avó, que a herdou de seus avós. O que eu vou deixar para meus filhos? A mineração não é uma opção.”

12. ANEXO 3**VERSÃO SIMPLIFICADA DA
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS****ESCREVA
POR
DIREITOS**ANISTIA
INTERNACIONAL **DIREITOS E****LIBERDADES CIVIS****Direito à vida, proibição de tortura e escravidão, direito à não discriminação.**

- Artigo 1** Liberdade e igualdade em dignidade e nos direitos
- Artigo 2** Direito à não discriminação
- Artigo 3** Direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal
- Artigo 4** Direito de não ser submetido a escravidão
- Artigo 5** Direito de não ser submetido a tortura

**DIREITOS LEGAIS****Direito à presunção de inocência, a um julgamento justo, a não ser preso ou detido arbitrariamente.**

- Artigo 6** Direito ao reconhecimento como pessoa perante a lei
- Artigo 7** A lei é igual e deve ser aplicada da mesma maneira para todas as pessoas de um país
- Artigo 8** Direito a receber remédio efetivo para violações de direitos fundamentais
- Artigo 9** Ninguém sofrerá detenção, prisão ou exílio arbitrários
- Artigo 10** Direito a um julgamento justo
- Artigo 11** Presunção de inocência até prova de culpa
- Artigo 14** Direito de pedir proteção, como solicitar asilo em outro país

**DIREITOS SOCIAIS****Direito à educação, constituir e manter família, direito à recreação, direito à saúde.**

- Artigo 12** Direito à privacidade e direito a constituir um lar e uma vida em família
- Artigo 13** Direito à liberdade de locomoção dentro das fronteiras de seu país. Todos têm o direito de deixar um país e retornar ao seu país de origem
- Artigo 16** Direito de constituir família, sem restrição de raça, nacionalidade ou religião
- Artigo 24** Direito ao descanso e ao lazer
- Artigo 26** Direito à educação, inclusive ao ensino primário gratuito, no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana

**DIREITOS ECONÔMICOS****Direito à propriedade, ao trabalho, à moradia, a uma aposentadoria e padrão de vida adequado.**

- Artigo 15** Direito à nacionalidade
- Artigo 17** Direito à propriedade e posse
- Artigo 22** Direito à seguridade social
- Artigo 23** Direito a trabalhar por um salário justo e à sindicalização
- Artigo 25** Direito a um padrão de vida adequado à sua saúde e bem-estar

**DIREITOS POLÍTICOS****Direito de participar do governo do país, direito de votar, direito à reunião pacífica, à liberdade de expressão, crença e religião**

- Artigo 18** Direito de crença (inclusive crença religiosa)
- Artigo 19** Liberdade de expressão e direito de disseminar informação
- Artigo 20** Direito à associação e reunião pacífica
- Artigo 21** Direito a participar do governo do seu país

**DIREITOS CULTURAIS
E DE SOLIDARIEDADE****Direito de participar da vida cultural do grupo.**

- Artigo 27** Direito a participar da vida cultural da comunidade
- Artigo 28** Direito a uma ordem internacional onde todos esses direitos possam ser plenamente cumpridos
- Artigo 29** Responsabilidade em relação aos direitos de outros
- Artigo 30** Proibição de atentar contra quaisquer desses direitos!

A campanha anual **ESCREVA POR DIREITOS** é um dos maiores eventos de direitos humanos da Anistia Internacional. Em 2018, a campanha destaca Mulheres Defensoras de Direitos Humanos que sofreram violações de direitos humanos ou estão vivendo sob grande risco devido às posições que assumiram em certas questões de direitos humanos.

O material de EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS foi criado para apoiar a participação do educadores junto a suas turmas na campanha ESCREVA POR DIREITOS. O material do kit cobre uma ampla perspectiva sobre questões de direitos humanos e oferece a oportunidade de abrir a mente dos jovens para as preocupações globais sobre esse tema. Ao aprender sobre direitos humanos e escrever cartas eficazes para ajudar a acabar com as violações dos direitos humanos e fazer com que se cumpra a justiça, professores e suas turmas estarão contribuindo para o movimento internacional de direitos humanos e vão constatar como as palavras podem fazer a diferença no mundo.

Este material de educação em direitos humanos foi elaborado para ser aplicado com estudantes a partir de 13 anos de idade, e elaborado para uso principalmente no âmbito escolar: tanto dentro da sala de aula quanto em atividades extra-classe ou eventos realizados pela escola como um todo. As atividades também podem ser adaptadas para uso em outros contextos de educação não formal, como grupos de jovens e no ambiente comunitário. O material contém atividades gerais sobre direitos humanos e destaca seis Mulheres Defensoras de Direitos Humanos da campanha ESCREVA POR DIREITOS que fizeram contribuições extraordinárias para o avanço dos direitos humanos no mundo.

**AMNESTY INTERNATIONAL
INTERNATIONAL SECRETARIAT**

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL

www.anistia.org.br

e: contato@anistia.org.br

Caixa Postal 16951

Rio de Janeiro, RJ

**ESCREVA
POR
DIREITOS**

**ANISTIA
INTERNACIONAL**

